

UNIVERSIDADE ABERTA



**ALCANCE DO DISCURSO ORAL MILITAR
PRONUNCIADO POR ALTAS PATENTES:**

Casos dos Generais Savimbi e Patton

Tarcísio Jeremias João Memória Ekulica

Aluno Número: 1201962

Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

Ano de Conclusão 2015/16

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Maria dos Santos Falé

UNIVERSIDADE ABERTA



ALCANÇE DO DISCURSO ORAL MILITAR PRONUNCIADO POR GENERAIS

Casos dos Generais Savimbi e Patton

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado de Estudos de Língua Portuguesa – Investigação e Ensino da Universidade Aberta de Portugal orientada pela Professora Doutora Isabel Maria dos Santos Falé

Aprovada em ____ de _____ de _____.

COM CLASSIFICAÇÃO DE

MESA DO JÚRI:

Nome do(a) Professor (a)

Nome do(a) Professor(a)

Nome do(a) Professor(a)

FICHA CATALOGRÁFICA

Alcance do Discurso Oral Militar Pronunciado por Generais: Casos dos
Generais Patton e Savimbi

Número de páginas:

Dissertação do Curso de Mestrado em Linguística Portuguesa –
Investigação e Ensino

Autor: Tarcísio Jeremias João Memória Ekulica

Orientadora: Prof. Dra. Isabel Maria dos Santos Falé

Palavras-Chave

Referência: ____ /UAb./2017

RESUMO

A guerra é das realidades humanas que mais exige da língua expressa por palavras, sinais e gestos a força mística de uma comunicação eficaz. Não existe realidade humana que supere a comunicação exigente que a guerra impõe; no fogo cruzado, no corpo a corpo, na luta “fria” permito-me entender esta última como a propaganda, anúncios de ataques, mensagens por meio de emissários e sinais nas árvores, paredes de casas, postes elétricos etc.

A guerra exige que os momentos interativos ou comunicacionais sejam estes protagonizados das altas patentes para a base, isto é na linha vertical descendente, ou entre pares, na linha horizontal ou ainda dos soldados para as altas patentes, comunicação vertical ascendente, sejam desprovidos de erros ou implicaturas só decifráveis com esforço acrescentado. É um erro tático usar enunciados difíceis de interpretar.

A II Guerra Mundial em que se notabilizou o General George Smith Patton, Jr. constituiu o ponto de virada para repensar o todo da técnica – consequências, estratégias e linguagens da guerra moderna e a guerrilha, na qual o General Jonas Malheiro Savimbi se notabilizou. Da II Guerra Mundial às guerras de guerrilha modernas, os Generais (Altas patentes) que se tornaram carismáticos têm um padrão discursivo cheio de significados que neste trabalho pretendemos decifrar. As situações de guerra em qualquer contexto, tempo e lugar exigem Generais. Generais que pensam profundo na guerra e fazem seguidores, são carismáticos... Pelos seus discursos?!

É com base no significado das guerras, que se torna útil descobrir porque os Generais são seguidos, aplaudidos e venerados como verdadeiros carismáticos – mesmo apregoando a morte, em períodos de grande crise ou sofrimento incomensuráveis.

Tentamos buscar e perceber os contornos e o alcance do discurso das altas patentes militares em geral emanados nos discursos orais de dois generais que em dois espaços, tempos e situações diferentes viveram e comunicaram-se como Generais tornando-se carismáticos e verdadeiros “combatentes da linha da frente”. É esta comunicação discursiva que fazemos objeto do nosso estudo.

Palavras-chaves: Altas Patentes militares, Genera(l)is, Discurso Oral, luta, combate, guerra, inimigo, discurso militar, seguidores.

ABSTRACT

War, is one of the human realities that much requires from spoken language, signals and gestures, the miracle of an effective communication.

There is no human reality that overtakes such a huge communication demand than the war, in the battlefield body fight or crossfire, in the cold war with self permission to take it as propaganda, attacks announcements, messages with sender and threatening signals in trees, walls of the houses, lampposts and so on.

War demands interactive moments or communicational from high ranked to base, on a descending vertical line or between partners, horizontal line as well as from soldiers to the military high ranked ascending vertical communication be free of mistakes or implication only interpreted with some additional effort. It is a tacit mistake using not easy understanding statement.

The World War Second in which General George Smith Patton Jr. emerged constitutes the turning point to think twice of the whole technique – consequences, strategies and languages of the modern war and of the guerrillas in which General Jonas Malheiro Savimbi came out. From the World War Second to the modern guerrillas, Generals (high ranked) that became charismatic have such speech pattern so meaningful that we intend to analyze in this research.

War situation in any context, time and place require Generals. Generals that think deeply of the war and make followers, they are charismatic... for their speeches?!

It is because of the meanings of the wars that become useful to discover why Generals are followed, applauded and venerated as true charismatic men – even preaching death, in great crisis period or immeasurable sufferance

We tried to fetch and understand the outlines and the reach of the army high ranked speech proceeding from two Generals' oral speeches that into two places and different situations lived and communicated like Generals becoming charismatic and true “combatants of the front line”. This is the speech communication we make object to our research.

Keywords: Army high ranked, Genera(l)s, Oral Speech, fight, combat, War, enemy, Military Speech, Followers.

Agradecimento!

À Deus, todo-poderoso que nos concedeu a saúde para mais este passo.

À **Prof^a. Dra. Isabel Falé**, pela sabedoria, disponibilidade, paciência e intervenção sempre pontual e objetiva para a conclusão deste trabalho.

A todos os docentes da Faculdade Aberta, particularmente os do Curso de Mestrado em Língua Portuguesa – Investigação e Ensino que com muito empenho e dedicação, fizeram possível para o êxito desta formação.

Aos pais, Nachilombo e Kanganjo, pelo incentivo à escola desde a primeira hora.

Aos filhos, Amilton, Alcibíades, Alceste e Íris pela confiança;

Aos amigos, por fazerem uma boa torcida;

E finalmente, pela presença, amor e compreensão, à Etelvina, muito querida esposa;

A todos e a cada um o meu eterno agradecimento.

Abreviaturas e acrónimos

APM – Altas Patentes Militares

DM – Discurso Militar

EUA – Estados Unidos da América

FALA – Forças Armadas para Libertação de Angola (UNITA)

Gen. – Genera(is)l

GP – General Patton

GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio

GS – General Savimbi

LP – Língua Portuguesa

MC – Marcadores Conversacionais/ Discursivos

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NR – Nova Retórica

NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

OUA – Organização da União Africana

PCH – Pragmática da Comunicação Humana

QG – Quartel-general

RTO – Research and Technology Organization

SbT - Subtópico

ST – Supertópico

SOV – Ordem Verbo-Final

SVO – Ordem Verbo-Inicial

TAL – Teoria da Argumentação na Língua

TBS – Teoria dos Blocos Semânticos

TC – Tópico Conversacional

UD – Unidade Discursiva

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VSO – Ordem Verbo-Inicial

II GM – Segunda Guerra Mundial

ÍNDICE

Conteúdo

RESUMO	4
ABSTRACT	5
Agradecimento!	6
Abreviaturas e acrónimos	7
ÍNDICE	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA	11
1. O Discurso de GS e GP: Um Valor, Uma Conquista	11
1.1 Justificativa	12
1.3 Objetivos	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.2 Objetivos Específicos	13
1.4 Metodologia	13
1.5 Procedimentos	14
1.6 O Corpus do Trabalho	14
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Enquadramento teórico	16
2.2 Conceito de comunicação militar (entre o oral e o escrito)	18
2.3 Argumentação e Retórica	20
2.4 Teorias da Argumentação	25
2.4.1 Teoria da Argumentação na Língua (TAL) – Ducrot/ Anscombre	30
2.4.2 Teoria da Argumentação no Discurso – Ruth Amossy	36
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DISCURSOS ORAIS TRANSCRITOS	39
3.1 Gerais Patton e Savimbi: Biografias dos Homens da Guerra	39
3.2 Organização e Culturas Militares	44
3.3 Comunicação Intercultural entre os diferentes âmbitos militares.	45
3.4 A Língua e Linguagem da Guerra: Ao encontro das Sociedades Militares	46
3.5 Ao Encontro das Sociedades Militares: Comunicação Ascendente e Descendente	47
3.6 O Rosto dos discursos dos Gen. Patton e Savimbi: Nota Introdutória	49
3.6.1 Discurso às Tropas antes do Dia D General George Smith Patton, Jr. (T1)	50
3.6.2 Um Discurso Preocupante: Jonas Malheiro Savimbi a 13 de Março de 1996 (T2)	53
3.7 Análise e Caracterização	54
3.7.1 Contextualização	54
3.7.2 Discurso; Estratégias e Coerência Argumentativa dos Enunciados Discursivos	55

3.7.3 Para uma coerência Argumentativa.....	57
3.7.4 Competência e Estratégias Comunicativas Militares	58
3.7.5 Estrutura Comunicativa dos Discursos dos Generais Patton e Savimbi	60
3.7.6 Turnos nos Discursos Militares	61
3.8 Movimentos de Castilho no Discurso das APM; Ativação, Reativação e Desativação	62
3.8.1 Tópico Conversacional ou Discursivo	62
3.8.2 Marcadores Conversacionais no Discurso das APM.....	66
3.8.3 Uso de Vocativos; Uma Classe de Marcadores Discursivos	68
3.8.4 Construção por Reativação e Desativação	69
3.8.5 Coerência e Coesão Argumentativa dos Enunciados Discursivos.....	71
3.9 Comparação dos Dois Discursos: Semelhanças e Dissemelhanças.....	73
CONCLUSÕES.....	75
BIBLIOGRAFIA	76

INTRODUÇÃO

No momento em que se reconstrói e se procura perceber um pouco sobre «vidas-guerras», daqueles que nasceram e viveram para a guerra e dela fizeram um legado que marcou a vida das

suas pátrias para sempre, é difícil perceber seus discursos; discursos, esses que marcaram suas emoções, seus sentimentos, seus entusiasmos, suas capacidades táticas, suas agressividades e sobretudo suas capacidades de liderança. Mas também discursos que marcaram suas sociedades construindo-as ou desconstruindo-as. Duas correntes, duas opiniões. Todavia, o céu e a terra desses fundamentados discursos não é a nossa sina. Esses discursos devem ser, não obstante as dificuldades, estudados e analisados para deles tirar as lições que o lado bom de um homem serve para a sua pátria. É o esforço deste trabalho nos capítulos que seguem:

Na Introdução (I Capítulo) apresenta-se o tema e a metodologia científica, conceitua-se a comunicação militar tenta-se um esclarecimento as culturas militares e o esbatimento das multiculturas para a fluência de uma comunicação multicultural para a integração grupal.

No segundo capítulo teoriza-se o instrumento de análise que é a argumentação, característica essencial de um discurso militar, que nas Artes da Guerra de Tsu Sun e Maquiavel, por exemplo, deram à guerra um significado mais científico demonstrando o poder de força da inteligência do comandante e a sua capacidade de liderança. O bom discurso militar assente numa boa argumentação faz rentáveis as várias circunstâncias (terreno, cultura, sociedade, língua, ambiente etc.) para serem aproveitadas para se construir a vitória enquanto despertos pelo bom comandante aos seus subordinados.

No terceiro capítulo, tenta-se uma análise dos discursos orais já transcritos de dois Generais que lutaram em circunstâncias e tempos e espaços diferentes mas que fizeram um discurso com identidade militar com aspetos sociolinguísticos que giram a volta da teoria da guerra para nela encontrar linguagens de consenso nas quais Generais e outros fazedores da guerra se podem congregam.

O quarto, último capítulo, encerra o trabalho com as conclusões achadas pertinentes do que os Gen. Patton e Savimbi, nos discursos pronunciados durante as suas missões patrióticas, essencialmente aqueles em análise, nos inspiram substância linguística.

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

1. *O Discurso de GS e GP: Um Valor, Uma Conquista*

Não queremos conselhos? Nós rejeitamos as opiniões dos outros? Não Senhor! Aceitamos os conselhos dos países amigos... Mas os (conselhos) que apontam para a derrota, para a humilhação, para a resignação, nunca deviam ter ouvidos da UNITA. As pessoas deviam convencer-se, de uma vez por todas, que todo o conselho para a UNITA se deixar vencer não será acatado. Só faremos aquilo que acharmos que aponta para o caminho da dignidade.

Extrato do discurso do GS pronunciado no seu QG a 25-12-1983; In S/A, 2009, p. 56, Discursos e Entrevistas, vol.1

[...] Use every means available before, during, and after battle. Reports must be facts, not opinions; negative as well as positive. Do not believe intercepts blindly, cross-check, sometimes messages are sent out to be intercepted. [...] The order itself will be short, accompanied by a sketch, it tells WHAT to do, not HOW. It is really a memorandum and an assumption of responsibility by the issuing commander.

Patton Jr., 1885-1945 p. 65

O nosso objeto de análise é o discurso oral militar, embora transcrito, pronunciado pelos Generais George Smith Patton, Jr. e Jonas Malheiro Savimbi, que se tornaram carismáticos no meio de todas as adversidades.

Costa (2010), considera que “falado ou escrito, o discurso tem como principal função a comunicação que consiste em concretizar um determinado conteúdo por palavras e frases ... o discurso forma-se mediante um conjunto de frases logicamente ordenadas, de modo a comunicar um sentido”. Já Mário Vilela, citado em Costa (2010:276), aborda o discurso como «uma produção verbal, que apresenta uma continuidade semântica e em que todos os enunciados produzidos pertencem a mesma unidade comunicativa». Mas o discurso, conclui Costa, está associado à oralidade e o texto à escrita. Para Coulmas (1998): “*speech is what creates community and mediates between individuals and members of various subgroups who, as all experience tells us, are able to communicate with each other in spite of the fact that their codes are not completely congruous*”.

Com base nestes conceitos, o discurso militar pronunciado pelos GP e GS parece conformar a criação de comunidade, a mediação entre indivíduos e membros dos vários subgrupos que se

comunicam mesmo quando os códigos não são concludentes, conforme referido acima, por Coulmas.

Ao folhear este trabalho, que pretendemos útil para patentes superiores e líderes em geral perceberá que o GP, puramente Comandante da tropa, direciona o seu discurso para a tropa, apelando para o prazer da vitória e o valor do esforço que antecede a vitória:

“...vão haver algumas queixas de que estamos a exigir demasiado esforço aos nossos homens. Estou-me nas tintas com estas queixas [...] quanto maior for o nosso esforço mais alemães mataremos. Quanto mais alemães matarmos, menos dos nossos serão mortos. Mais esforço significa menos baixas. Quero que todos vocês se recordem disso” (Robalo e Mata, 2010).

Já para o GS, as circunstâncias impõem um discurso multifacetado: um discurso diplomático enquanto dialogava com os parceiros internacionais e um discurso popular enquanto dialogava com as massas, mas um discurso militar enquanto o fazia com os militares.

“A Africa do Sul é uma potência regional e, se não cuidarmos das nossas relações com ela, os nossos adversários não hesitarão em utilizá-la contra nós. Além disso, o apartheid é uma ideologia sem possibilidade de expansão. Ainda que quiséssemos adoptar iríamos aplica-la contra quem? Contra nós próprios?” (Muekália, 2010, p. 175)

Justificou arrogante, o GS à tropa, a decisão estratégica de firmar com a África do Sul, “racista”, relações de parceria. Arrogância, segundo Charaudeau (2005: 87-88) citado por Marques (s/d), resultante do *ethos* (discursivo) «en tant qu’image qui s’attache à celui qui parle», fazendo referencia ao discurso político. Marques considera que “em termos discursivos, a acusação de arrogância resulta de uma imagem negativa construída pelo alocutário, que assim avalia o discurso do locutor; tem, portanto, uma natureza relacional, isto é, decorre da relação discursiva construída entre os interlocutores, marcada pela agressividade”.

Curiosamente, nenhum dos dois Generais usava notas de apontamentos (cábulas) para falar com os seus públicos, por isso eram populares e falavam com uma grande autoridade, franqueza, coloquialidade ou informalidade.

1.1 Justificativa

Os atos comunicativos orais acontecem em todas as esferas da vida humana, uma vez que o homem é um ser expressivo. A necessidade de comunicar nos grupos humanos é primeira na lista de todas as necessidades vitais, já que é por meio desta que consegue satisfazer todas as outras necessidades – desde o choro da criança para reclamar o direito a amamentação e anunciar determinada dor ou mal-estar ao balbuciar de palavras de um velho caduco para reclamar um leite.

A comunicação flui em todos os contextos sociais, desde os mais individuais e familiares aos mais complexos e diversificados como multinacionais nos quais para além da fala e da escrita se introduzem elementos técnicos e tecnológicos para a fluidez da comunicação humana.

O exército é um contexto social com características e dinâmicas muito mais complexas, dado o seu propósito social de manutenção da ordem e defesa das fronteiras e interesses do grupo humano. Todavia, não obstante os meios técnicos, logísticos e tecnológicos, é a comunicação que supera os obstáculos e orienta o uso bem-sucedido dos meios à disposição. As chefias militares são os sujeitos de base para que a comunicação flua e os meios sejam usados com êxito para a derrota e exterminação total.

Este é um estudo que assenta na análise dos discursos orais pronunciados por APM (Generais Patton e Savimbi), embora na condição de discursos já escritos, uma vez que os originais orais são de difícil acesso.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Estudar e analisar o discurso oral pronunciado por altas patentes militares

1.3.2 Objetivos Específicos

- Entender a importância da argumentação no discurso oral militar, pronunciado pelos Generais Jorge Smith Patton e Jonas Malheiro Savimbi;
- Analisar a influência do discurso destas altas patentes militares junto dos subordinados, na elevação do moral da tropa, no combate e nas vitórias;
- Caracterizar o discurso militar pronunciado por estes generais enquanto instrumentos linguísticos
- Comparar o discurso das duas altas patentes militares com base no tempo e no espaço enquanto fatores influenciadores no alcance dos objetivos militares.

1.4 Metodologia

Trata-se do estudo do discurso oral militar pronunciado por altas patentes, presente em dois discursos transcritos. A linguística permite-nos fazer uma exploração do discurso por meio da análise pormenorizada dos textos na vertente que desejamos abordar, ou seja, a argumentação do discurso de APM.

Assim, com base no conhecimento que se tem sobre o discurso oral, a análise argumentativa de APM remete-nos para o método de procedimento histórico que Marconi e Lakatos (2001, p.221) enquadram entre os principais métodos de procedimento em ciências sociais, sobrelevando neste caso a prática da coleta de dados através da *documentação indireta*, abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica e a *documentação direta*, neste caso abrangendo três elementos fundamentais, fundamentados em Marconi e Lakatos (id, p.223):

- Sociometria – “técnica quantitativa que procura explicar as relações pessoais entre indivíduos de um grupo”. Não obstante o conhecimento que temos do GS, o discurso dos dois homens de guerra denota uma empatia e relação de aproximação entre os Generais e os seus subordinados. “Lembrem-se, rapazes”. (GP) “Olhem bem para mim!” (GS);
- Análise de conteúdo – permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação;
- História de vida – tenta obter dados relativos à "experiência última" de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto em estudo.

1.5 Procedimentos

Para a percepção do discurso militar destas APM procedeu-se à recolha de um corpus composto por dois discursos transcritos, um de GP, intitulado “Discurso as Tropas antes do Dia D” (Robalo e Mata, 2010, p.103), datado de 5 de Junho de 1945, e o outro de GS, que Muekalia denominou de “Um Discurso Preocupante” (Muekalia, 2010, p.300), pronunciado no Bailundo, Angola a 13 de Março de 1996.

A consulta através da documentação indireta, ou seja a pesquisa documental e bibliográfica ajudou na percepção da intensidade da argumentação e do valor da mesma no discurso das APM, não importando as circunstâncias, o lugar ou tempo para o sucesso dos objetivos militares. Alguma “vasta” bibliografia, incluindo biografias, consultada no âmbito da percepção da história de vida dos Generais, cujos discursos constituem o corpus do nosso trabalho, permitiu encontrar na palavra escrita a expressão comunicativa que congregava e elevava o moral da tropa, denotando as excelentes relações pessoais entre APM e subordinados.

1.6 O Corpus do Trabalho

A seleção e organização do corpus do trabalho para análise do discurso oral militar pronunciado por altas patentes observou uma primeira fase de seleção dos discursos acima mencionados (discurso de General Patton intitulado “Discurso as Tropas antes do Dia D” e de General

Savimbi, intitulado “Um Discurso Preocupante”). Na segunda fase, escolhemos a bibliografia que se adequa à análise linguística e, sobretudo, a que se refere à argumentação, para além do material que enquadra os discursos, na história e vidas da guerra.

O discurso do Gen. George Smith Patton, Jr. foi extraído da obra «50 Grandes Discursos da História» de Robalo & Marta (2010:103-107). Trata-se da transcrição do discurso pronunciado ao Quartel-general do 3º Exército a 5 de Junho de 1944. É um discurso puramente coloquial, cheio de fervor e emoção. Com este discurso, o GP terá atingido o ápice da sensibilização da tropa para a guerra.

Quanto ao Gen. Jonas Malheiro Savimbi, focalizámos a nossa atenção no discurso existente em “Angola a Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia de Jardo Muekalia, (2010, pp. 300-301). O discurso intitulado pelo autor “Um Discurso Preocupante” constitui uma boa argumentação de um General em desespero, embora capaz de, dentro das suas atribuições e responsabilidades, ser forte e capaz de reagir para a vitória.

Para uma melhor perceção do seu discurso, a obra consultada foi: “Jonas Savimbi: Discursos e Entrevistas (1976-1991) vol.1, obra sem autor, editada em 2009.

Para convencer públicos, o discurso das APM, dialogal ou não, carrega uma grande dose de argumentação construída sobre as variadas estratégias, conscientes de que *“la argumentación es una actividad discursiva orientada hacia la finalidad de influir sobre las creencias, los valores, las actitudes, los conocimientos etc. de los destinatários para los modificarlos si es preciso, para que concuerden con los del emisor y para que se atenue ou se elimine una possible controversia.”* Cros (2005: 58)

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Enquadramento teórico

Um estudo mais aprofundado do discurso militar denuncia como os enunciados autênticos produzidos em situação de interação oral entre as hierarquias permite identificar o uso recorrente de palavras e expressões caracterizáveis pelo maior ou menor grau de imprecisão do seu conteúdo semântico, mas eficiência e pragmatismo nos objetivos e na exequibilidade, pelo que a NATO considera que: “*Efficient speech communication is recognized as a critical and instrumental capability in many fields of military activities...*” (AAVV, 2005, p.viii). Digamos que todos os campos da atividade militar precisam de um discurso eficiente e esclarecedor. É a eficiência, o esclarecimento e o pragmatismo no discurso que determinam a argumentação que atualmente atrai a atenção dos linguistas que estudam manifestações linguísticas que objetivam convencer ou persuadir. Amossy e Koren (2009) fundamentam-no, em primeira instância, nos seguintes termos:

La dénomination d’argumentation rhétorique, par laquelle Ducrot désigne tout ce qui relève de l’art de raisonner et de persuader par la parole, n’a cependant rien d’évident, et si elle permet à la pragma-sémantique de se démarquer clairement des approches discursives courantes, elle n’en pose pas moins des problèmes de fond. (Amossy e Koren, 2009, p.2)

A denominada ‘argumentação retórica’ faz parelha com a argumentação linguística que conforme Ducrot, citado pelas autoras:

“...dans le regain des études argumentatives ... s’y est récemment employé en différenciant nettement ce qu’il appelle « l’argumentation linguistique » et « l’argumentation rhétorique ». La première, dont il est l’un des promoteurs et le tenant, se définit contre « l’optimisme rhétorique d’Aristote et de ses innombrables successeurs » (Id)

Embora “*l’argumentation est un fait de langue et non de discours, qui intervient dans la construction du sens de l’énoncé*”¹ (Ducrot, 2004:32), as argumentações linguística e retórica, interrelacionam-se na argumentação militar que neste trabalho analisamos. Aliás, a *viragem retórica*, segundo Carrilho (2001, p.78), protagonizada pelos filósofos Perelman e Toulmin, que decidiram questionar energicamente o modelo cientista que até então presidia à determinação da *validade discursiva* e à análise da *efetividade argumentativa*², é o que, segundo aquele autor, aumentou a importância do ressurgimento das reflexões sobre a argumentação nos novos

¹ «Signifier, pour un énoncé, c’est orienter » (Anscombe & Ducrot 1988) – citados por Amossy e Koren (2009, p.2)

² Carrilho (2001, p.78) “nos finais da década de 50 do século XX, toma também forma uma outra alternativa ao império do logicismo, com a qual se inicia uma importante transformação filosófica, que podemos designar como uma *viragem retórica*. Ela deve-se sobretudo a dois filósofos, Perelman e Toulmin, que decidiram questionar energicamente o modelo cientista que até então presidia à determinação da *validade discursiva* e à análise da *efetividade argumentativa*».

caminhos trilhados na área da filosofia, com inevitáveis consequências noutras áreas de investigação.

Perelman e Olbrechts Tyteca (1958) aparecem em Amossy e Koren (2009), honrados pelas obras publicadas em 1958, «*Le Traite de l'Argumentation* e *La Nouvelle Retorique*» nas quais a argumentação retórica estava assente no *logos* e na lógica de valores que explora as vozes, uma vez que, o debate racional e a palavra partilhada podem substituir a procura comum de um acordo à violência brutal³.

O que interessa na argumentação, inclusivamente no discurso de APM, como dizia Ducrot, é “*l’art de raisonner et de persuader par la parole*”. Isto equivale a escolher um discurso concreto que condiz com as circunstâncias, o tempo e o lugar e assim como com o alocutário. É assim que, das tipologias de Orlandi⁴, em que os discursos estão associados às noções de interação e de polissemia, a Alta Patente Militar, escolheria o *Discurso Autoritário*: aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto de discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida, isto é, o autoritário procura a assimetria de cima para baixo, já que qualquer outro, remetê-lo-ia a remediar consensos, ou seja, segundo Citelli (1988), a remeter-se a um menor grau de persuasão, tendendo, em alguns casos, ao quase desaparecimento do imperativo e da verdade única.

Esta recorrência ao discurso autoritário em detrimento dos discursos lúdico e polissémico faz das APM arrogantes, característica que Marques (2008) atribui aos políticos. A autora acautela que se referia à arrogância verbal, “ainda que as dimensões para-verbais – mímica, linguagem corporal, tom – não fossem negligenciáveis”.

Não obstante, estas perceções recentes, em França, a diferença entre a arte de persuadir e a arte de bem dizer foi, segundo Amossy e Koren, reconduzida e reinterpretada em 1970. Hoje, para repensar uma forma de bem persuadir, argumentar com razão, sobretudo nas posições de poder como as de APM, seria inevitável conciliar a vontade e a necessidade de construir um discurso argumentativo forte, senão mesmo, objetivamente autoritário e apelar, como Serra (1995), refere à necessidade de estudar os fenómenos da comunicação e da linguagem.

“É um lugar-comum, hoje em dia, dizer-se que o século XX é o ‘século da linguagem’”. Factores como o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (mediante as quais toda a experiência humana tende a tornar-se linguagem e comunicação), a consolidação dos regimes democráticos (em que a palavra, e não a violência ou a força, se assume como

³ Súmula da proposição adiante, em Amossy e Karen (2009, p.2), “En effet, *Le traité de l’argumentation. La nouvelle rhétorique*, publié en 1958 avec Olbrechts-Tyteca, est axé sur le *logos* et sur une logique des valeurs. Il explore les voies par lesquelles le débat rationnel et la parole partagée peuvent substituer la recherche commune d’un accord à la violence brute”

⁴

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/monografia/abdul.pdf Acesso, 02 de Junho, 2016

instrumento da atividade política), a "crise de fundamentos" que sacudiu as Matemáticas nos princípios do século, o desenvolvimento científico e técnico em geral, vêm trazer para primeiro plano a necessidade de estudar os fenômenos da comunicação e da linguagem” (Serra, 1995/96)

Isto é dizer que inclusivamente a argumentação se devia esvaziar de atitudes arrogantes, pois na análise de Citelli (1988), “o discurso autoritário lembra como se alguém falasse para um auditório composto por ele mesmo”. A mesma autora considera ser naquela manifestação discursiva que o poder mais escancara as suas formas de dominação, enquanto o discurso lúdico e o polêmico tendem a um maior ou menor grau de polissemia, o autoritário repete uma fala já sacramentada pela instituição: “*o mundo do diálogo perdeu a guerra para o mundo do monólogo*” (itálico nosso).

Um dos objetivos chaves da linguagem, segundo Santasuzana (2005), é dar-lhe “*un valor comunicativo de primer orden ... un instrumento imprescindible para comprender la realidad*”. Qualquer falante que se propõe comunicar e argumentar, deve ser capaz de produzir e interpretar as ideias dos outros. Estas ideias devem ser, por isso, ordenadas e comunicadas com clareza e eficácia. O discurso militar não ignora nem dispensa esta ordem, nem a comunicação com clareza e eficácia. Segue, por isso, rigorosamente, as fases da construção dos textos explicativos de Coltier ou Grize, em Santasuzana (2001) (*Fase de problematización, Fase de resolución e la Fase de conclusión*), também não ignora “*la secuência explicativa*” de Adam citado pela autora. Mas, mais do que um discurso, a comunicação (oral) das altas patentes do exército contém uma forte argumentação. Esta argumentação constrói-se, na academia militar, sob situações concretas que requerem respostas consistentes e favoráveis para a construção da paz e harmonia social.

A carreira militar é uma escola na qual se aprende a produção do discurso e construção de argumentos válidos, a arte de ouvir e escutar para interpretar, tanto enunciados explícitos como implícitos. É ciente disto que as patentes superiores de um exército (Generais) procuram construir um discurso tão pedagógico quanto didático por meio do qual promovem simpatias, proximidade com o exército e construção de carisma, graças aos convincentes argumentos contidos nos seus discursos orais e através das marcas da personalidade que passam pela fala, pelo tom de voz, a gestualidade, a pausa, mas também a sagacidade, a velocidade, a entoação e a mímica.

2.2 Conceito de comunicação militar (entre o oral e o escrito)

Marques refere-se à argumentação oral como sendo “um processo social e interativo ... que implica a existência de dois falantes, um protagonista e um antagonista (real ou imaginário), que se associam verbalmente devido a uma divergência de posição perante uma determinada opinião

expressa. Neste quadro, o objetivo central de uma argumentação é o de convencer o antagonista da aceitabilidade de um determinado ponto de vista” (Marques, 2010, p.56).

Comunicar é, pois, pôr em comum uma dada informação (Carmo, 2007, p.40). A possibilidade de pôr em comum determinada informação ocorre porque, segundo o mesmo autor:

Por detrás de qualquer comunicação humana, esconde-se um complexo processo em que o emissor após variadas operações internas de seleção, comparação e codificação de informação a emite sob forma de uma mensagem verbal para um ou mais recetores que a vão perceber com os seus sensores (visuais, auditivos, tácteis e cinestésicos) e através de um processo de descodificação, também ele complexo, lhe vão dar sentido de acordo com os elementos de natureza emocional e cognitiva que possuem. Tanto no processo de codificação como no de descodificação das mensagens, a cultura dos protagonistas, desempenha um papel essencial na perceção, ou seja, no reconhecimento, filtragem e contextualização da informação.

Finalmente, Carmo considera que quanto maior for a distância cultural entre os atores sociais mais difícil se torna o processo comunicacional. É por isso que existe uma sequência de formação comunicacional de todos os envolvidos, de cadetes a Generais, para que haja um *continuum* de produção, retenção e interpretação da informação entre os efetivos do exército; é por essa razão que os estudiosos da guerra dizem que:

“efficient speech communication is recognized as a critical and instrumental capability in many fields of military activities such as command and control, aircraft, ship and ground vehicle operations, military communications, translation, intelligence, and training” (AAVV, 2003, p.viii).

Lê-se no prefácio da obra militar *Use of Speech and Language Technology in Military*, pressupondo que o discurso militar entra como a primeira das preocupações na lista dos desafios das chefias militares.

A pragmática da comunicação humana de Crespi (1997:197) considera o processo comunicativo um “esquema não linear baseado num constante processo de ação e reação entre os indivíduos que comunicam”. Este autor defende como pressuposto básico que “não se pode não comunicar”, isto é, todo tipo de comportamento é uma comunicação, até mesmo o simples facto de não se falar ou de não se prestar atenção ao outro é, na realidade, a comunicação da mensagem «não quero falar contigo». Já o segundo pressuposto pretende que, “toda a comunicação compreende um conteúdo e um aspeto relacional...” Assim, dizia, «posso dirigir um insulto a alguém por brincadeira, de modo afetuoso, ou para agredir, e isso dependerá apenas da entoação e da expressão gestual e a mímica com a qual acompanho a minha expressão verbal». Finalmente, o terceiro pressuposto de Crespi tem a ver com toda a relação entre duas ou mais pessoas que surge como uma série de sequências de um *continuum*, podendo o seu significado ser interpretado através de uma pontuação, uma vez que a pontuação é essencial para a boa comunicação

humana. Desta forma, as trocas comunicativas podem ser simétricas, se a relação com o outro ocorre num plano de paridade, ou complementares, quando um dos participantes assume uma relação dominante, *one-up*, colocando o outro numa posição *one-down* (apud. cf. Bateson, 1972; Watzlawick, 1967) Toda esta descrição mostra-nos o quanto as altas patentes militares têm o privilégio *one-up*, intrínseco à posição assumida.

A interação por meio do discurso oral pressupõe o domínio por parte dos interlocutores envolvidos, emissor e recetor, o domínio de um código linguístico comum e um domínio amplo de “informação pragmática”. Neste pacote de informação pragmática, Costa (2010, p.276) considera essencial o conhecimento do mundo, de crenças, de opiniões, de tópicos relacionados com o meio social e cultural em que se inserem. Ainda assim, defende o conhecimento mútuo dos interlocutores e conhecimento da situação de interlocução, claro, sem descorar do conhecimento verbal.

No entanto, por tudo o que ficou dito, estaremos todos de acordo que “falar não comporta só um conhecimento linguístico, implica também a assimilação de uma série de regras extralinguísticas geralmente partilhadas por membros de um determinado grupo” (Crespi, 1997:150).

2.3 Argumentação e Retórica

Na 6ª edição de Elementos de Retórica Literária de Heinrich Lausberg, lê-se que:

“A tradição retórica da Península Ibérica aparece na evolução das letras latinas com certa evidência. Entre os seus cultores, podemos lembrar o nome prestigioso de Séneca-o-Retor, que no século I d. C adquiriu grande fama e inúmeros leitores, quando da publicação da sua obra, em que se versavam temas respeitantes às chamadas *Controversiae* et *Suasoriae*.” (Lausberg, 2011, 13)

Esta questão linguística procede da antiguidade, anterior ao século citado no texto, e passa pela idade média, em que, em Portugal, se falavam de “artes *praedicandi* e os *sermonários*”, ali pelos séculos XVII em que, diz o autor, “todos estes elementos (artes *praedicandi*) serviam para afinar a técnica oratória dos pregadores ... para a sua aplicação prática, com o fim de convencer, e se possível *converter* os ouvintes as verdades eternas do cristianismo” (itálico nosso). Por esta razão, como disciplina, a retórica já fazia parte do currículo da Universidade de Lisboa em 1432. A retórica em Portugal conhece, pela primeira vez, uma crítica severa de Oratoriano em 1746. Este Mestre “faz uma crítica ao ensino contemporâneo da retórica e ataca, sem piedade, a eloquência, sobretudo sagrada da sua época... o mau-gosto e a falta de propriedade dos seus contemporâneos. De 1836 a 1863, nas leis promulgadas nesta altura, a retórica evolui para a oratória que usualmente aparece ligada à poética, tendo sido abolida do currículo escolar da altura, cinco anos depois, 1868. De lá para cá tem-se desconhecido o ensino da retórica, e “há quem a olhe com horror”. Este descrédito, porém, diz Lausberg (p.31), “não foi devido à disciplina em si, que é útil e continua a estar nos fundamentos da linguagem, mas sim, à

incompreensão dos que a ensinavam e praticavam”. Mesmo depois de o “Tratado da Argumentação” e a “Nova Retórica” de Perelman e Olbrechts Tyteca em 1958, a verdade é que “a retórica atual continua ligada à tradição da antiguidade e do renascimento” (id.).

Todo este histórico sobre a retórica não é distinto do da argumentação, sendo que, os estudos desta, segundo Sena e Figueiredo (2013), “vêm sendo desenvolvidos, desde a antiga retórica até os dias de hoje, por estudiosos de diversas áreas do saber, como filósofos, literatos, especialistas da linguagem e linguistas”. Estas autoras fundamentam o seu estudo na teoria da argumentação, partindo de Aristóteles, notável filósofo grego, passando pelos estudos desenvolvidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca, bem como por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre assim como Marion Carel nas teorias de “forma *standard*”, de “*topoi*” e a teoria de *blocos semânticos*. Lausberg (2011, p.75) define a retórica, como um sistema mais ou menos elaborado de formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir a finalidade de quem discursa, para obter em determinada situação, o efeito que pretende. Esta definição difere completamente da arte da oratória dos sofistas, anteriores a Aristóteles, para os quais a oratória era a “arte do bem falar”, em lugar da retórica que para Aristóteles, era “a arte de persuadir através da utilização do raciocínio lógico, ou seja, a escolha de meios adequados para persuadir” (Sena e Figueiredo, 2013). Por isso, foi a Aristóteles, que se atribuiu, com razão, na antiguidade clássica, “a sistematização dos estudos sobre os meios de persuasão em quatro dimensões argumentativas: a demonstração, a retórica, a sofística e a dialética (apud. Paulinelli, 2004). Tal deveu-se ao facto de nesta altura, a retórica gozar de maior “prestígio no meio social, pois estava em consonância com o perfil democrático da sociedade ateniense” (id.). E a retórica parece continuar a ser interpretada até em 2016, em conformidade com o conceito aristotélico. A nova retórica de Perelman, que, ao retornar à tradição clássica e recuperar fundamentos da retórica e da dialética, elabora um trabalho original, denso, de importância inquestionável para juristas, filósofos e linguistas, dando a Amossy (2002) razões para dizer que “seu lançamento teve impacto reduzido e influência muito limitada no cenário linguístico dos anos de 1960 e 1970” (Paulinelli, 2013). Plantin (2002) esclarece que “a ênfase conferida pelo autor ao gênero judiciário e ao discurso filosófico fez com que sua pesquisa agradasse especialmente aos círculos especializados de filósofos do direito, e que ficasse circunscrita a esse meio”(id.). Afinal conforme Lausberg (2011, p.81) “o ensino da retórica escolar (sempre) concentrou-se no discurso partidário, visto que, nesse ensino, a finalidade que importava do ponto de vista social, era a formação de advogados e políticos”. Aliás, isto comprova-se, nos três gêneros aristotélicos do discurso partidário, assim fundamentados: a) o gênero judicial, com funções de acusação e de defesa, tem, como caso paradigmático, o discurso de um advogado diante do tribunal, especialmente no processo penal; b) o gênero deliberativo, com as funções de aconselhar e de desaconselhar, tem, como caso paradigmático, o discurso do representante de um partido político diante da

assembleia popular; c) o gênero epidíctico ou demonstrativo, com as funções de louvor e de censura, tem como caso paradigmático o discurso festivo, em honra de uma pessoa que deve ser celebrada.

Para Aristóteles, segundo Serra (1995/96), a retórica visa descobrir os meios que, relativamente a qualquer argumento, podem levar à persuasão de um determinado auditório; o seu objeto é o “verosímil” ou “provável” (tendo portando uma natureza dialética, distinguindo-se da demonstração ou analítica, que trata do “necessário” e “verdadeiro”). Aristóteles, segundo o autor, distingue também os discursos retóricos em deliberativos, judiciais e epidíctico.

Todo este requinte linguístico começou a perder fulgor com o acumular das seguintes alterações de vulto, segundo Serra (Id.): começou a ocupar-se afincadamente do gênero literário em detrimento dos três gêneros retóricos supracitados; foi deixando de ensinar como persuadir para passar a ensinar como fazer “belos discursos”, portanto, perdeu-se o seu objetivo pragmático imediato; deixou-se de integrar, numa primeira fase, a *pronuntiatio* e a *memoria*, depois a *inventio* e ainda mais tarde a *dispositio*⁵, para ficar reduzida à *elocutio* ou “arte do estilo” (estilística). Esta sucessão de acontecimentos (desaparecimento da retórica) faz prevalecer a estilística, a análise do discurso e a linguística que herdaram, dando-lhe uma nova forma, as problemáticas que tinham constituído o objeto da retórica.

Paulinelli (2014) considerou que, no que à argumentação diz respeito, paralelamente ao programa de Perelman, a argumentação de procedência retórica retorna à cena de forma indireta, através dos estudos da filosofia analítica anglo-saxónica, quando então se consolida uma tendência de se estudar não somente o sistema da língua, mas também o enunciado em contexto. Para completar tal fundamentação Austin (1970) lançava a “noção de ato ilocucional, em que uma ação é atrelada a uma palavra, e de ato perlocucional, que consiste em produzir um efeito sobre aquele a quem se dirige”.

Quando falamos, exercemos influência sobre os outros já que em conformidade com Kerbrat-Orecchioni (2001), citado em Amossy, (2009), “falar é trocar e é mudar trocando”. Neste “tradicadilho”, há uma forte percepção argumentativa e também retórica que vem expressa no texto de Amossy, abaixo:

Nos termos de Charaudeau, todo ato de linguagem emana de um sujeito que gera sua relação com o outro (princípio de alteridade) de maneira a influenciá-lo (princípio de influência) e, ao mesmo tempo, a gerar uma relação na qual o interlocutor tem seu próprio projeto de influência (princípio de regulação) (Charaudeau, 2005, p. 12). Percebe-se, portanto, que, por sua natureza dialógica, o discurso comporta como qualidade intrínseca a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo. Sem dúvida, é preciso manter a

⁵ A elaboração (tractio) da matéria distingue cinco fases para a elaboração do discurso: *inventio*, *dispositivo*, *elocutio*, *memoria*, *pronuntiatio* estando *inventio*, *dispositivo*, e *elocutio* intimamente ligadas. Sendo *Inventio* é o acto de encontrar pensamentos adequados a matéria ...” (Serra, 1995/96) para deles se valorizar somente a *elocutio*.

distinção entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso de orientar as maneiras de ver do(s) interlocutor(es). No primeiro caso, o discurso manifesta uma orientação argumentativa: o discurso eleitoral ou a publicidade constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, ele comporta simplesmente uma dimensão argumentativa (Amossy, 2006 [2000], 2005): assim acontece com o artigo informativo que preza por sua neutralidade, a conversa coloquial ou o texto ficcional. Mas a argumentação, presente ela ou não uma vontade manifesta de conduzir à aprovação, é sempre parte integrante do discurso em situação. Compete também ao analista descrever suas modalidades da mesma maneira que outros processos linguageiros.

Dalí que, segundo Breton (2001), citado por Amossy e Koren (2009), “*argumenter n’est pas convaincre à tout prix, ce qui suppose une rupture avec la rhétorique au sens où celle-ci n’est pas regardante sur les moyens de persuader*”. A argumentação é tolerante face à sua natureza dialógica, na qual cada um usa dos seus raciocínios para influenciar, e não necessariamente para persuadir ou converter o(s) ouvinte(s), para a causa da fé cristã conforme procedimento da idade média, com o uso da retórica. Terá sido por este motivo que Anscombe e Ducrot consideram a retórica como “extralinguística” e, como tal, recusam-se a “confiar-lhe” o estudo das possibilidades de encadeamento argumentativo” (apud. Amossy, 2007, p.124).

O que mais confunde é que a retórica, “l’art de persuader par le discours” (apud. Amossy e Koren), e a oratória, “arte de bem falar” (Lausberg, 2011), usariam no passado aristotélico, e não só, de raciocínio lógico para a construção do argumento. Aliás, o discurso, na *dispositio* interna⁶ (segunda parte da teoria de elaboração), segundo Lausberg, (Id. pp.91-98), apresenta uma tripartição: princípio, meio e fim: “ (...) o meio está dedicado à matéria propriamente dita e está subdividido numa parte instrutiva (*propositio* ou *narratio*) e numa parte probatória (*argumentatio*). A *argumentatio* pode, por seu lado, ser subdividida em uma *probatio*, que concretamente prova o ponto de vista partidário e numa *refutatio*, que refuta o ponto de vista partidário do adversário”. O mesmo autor ao referir-se ao “pensamento argumentante”, disse que este, acrescentado ao pensamento principal, chama-se *ratio* e o esquema completo da estrutura de pensamentos principais com pensamentos argumentantes é o *Syllogismus* que consiste na *propositio* (proposição) *rationes* (provas), *praemissa maior*, *praemissa menor* e *conclusio* (conclusão final) [latinos e itálicos do autor].

Todas estas dúvidas e incertezas sobre a retórica e a argumentação têm sido rebatidas e redescobertas pelos novos linguistas. A nova retórica, a argumentação, a pragmática e outras são

⁶ A teoria apresenta cinco fases para a elaboração do discurso: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria*, *pronuntiatio* (Laursberg, 2011, pp. 82-93) “Quanto às divisões do discurso retórico, uma obra de retórica ligeiramente posterior a Aristóteles enumera as seguintes: *inventio* (sujeitos, argumentos, lugares, técnicas de persuasão e de amplificação), *dispositio* (arrumação das grandes partes do discurso: exórdio, narração, discussão, peroração), *elocutio* (escolha da disposição das palavras na frase, organização em pormenor), *pronuntiatio* (enunciação do discurso) e *memoria* (memorização)” (Serra, 1995/96).

a continuação de uma ciência da língua e linguagem dinâmica e mais contextualizada à globalidade democrática hodierna, como a retórica socrática se tornou adequada à democracia ateniense.

Ducrot e Anscombre (apenas alguns dos novos estudiosos da ciência da língua) terão sabido, seguramente, responder por que razão havia argumentação linguística no discurso de orientação persuasiva”. A essa questão, Ducrot terá respondido de forma a rejeitam o *logos* em proveito do *ethos*. O uso das partículas subordinativas (portanto, pois, etc.) “contribuiriam pura e simplesmente para projetar uma imagem favorável do orador, apresentando-o como um homem aberto ao debate que não impõe de modo rude seu ponto de vista” (apud. Amossy, 2007, p 126). O mesmo autor admite que “consequentemente, o *logos* aristotélico como forma atenuada da racionalidade que ocupa tradicionalmente o centro do dispositivo retórico aparece como um engodo” (Id.). Para tal, consideram que a noção de argumentação não é tomada no sentido amplo de arte de persuadir, mas no sentido específico de encadeamento de proposições que conduzem a uma conclusão, ou seja, “a utilização de um enunciado tem uma finalidade no mínimo tão essencial quanto informar sobre a realização de suas condições de verdade, e essa finalidade é a de orientar o destinatário na direção de certas conclusões, desviando-o das outras” (Id.).

No entanto, a questão que se coloca, no âmbito deste trabalho, é se o discurso das APM já se encontra no nível moderno de argumentação que Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre, Perelman e Olbrechts Tyteca, Austin, Searle, Chomsky e outros tantos, em desprimor da antiga oratória “cega” de persuadir o alocutário, têm revolucionado.

A argumentação é uma necessidade no seio das APM já que “possibilita a formulação de ideias e o desenvolvimento de pontos de vista, e por meio dela se programam e articulam os discursos. A escolha de determinado signo, a disposição dos termos oracionais dentro de um período, o tom de voz e o registro linguístico empregado pelo emissor, pressupõem-na”⁷.

Para que tal desiderato importante, no interesse da consolidação da democracia “universal” hodierna se consolide é importante um trabalho mais intenso com as pessoas que lidam com o discurso e a “desaprendizagem” da “construção do *ethos* de arrogância” (Marques, s/d), ou com o discurso autoritário de Cíteli (1988), citado acima, no qual o locutor “...autoritário repete uma fala já sacramentada pela instituição: o mundo do diálogo perdeu a guerra para o mundo do monólogo. A expressão da arrogância, diz Marques (s/d), envolve procedimentos não inteiramente linguísticos, isto é, pode realizar-se, no discurso oral, por meio de dimensões proxémicas e cinésicas, com particular importância para a mímica, os gestos, o tom de voz, ou o

7

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/monografia/abdul.pdf Acesso, 02 de Junho, 2016

ritmo de locução. (...) O discurso decorre da relação discursiva construída entre os interlocutores, *marcada pela agressividade* (itálico nosso).

2.4 Teorias da Argumentação

(...) *O (próprio) ato de argumentar encontra espaço em todos os lugares onde exista a abertura para a dúvida e para o conflito, em que não se disponha de uma verdade definitiva a respeito de um dado...* (Paulinelli, 2014, p.391)

Paulinelli constrói este ditame linguístico referente à argumentação baseado em dois pressupostos dos quais a verdade absoluta do locutor é a mais nociva. Para que a argumentação se faça com dedicação é preciso que haja lugar para a dúvida, mas também haja disponibilidade para o conflito. Esta abertura para o debate faz, segundo a mesma autora, “com que a matéria seja do interesse de diversas áreas do conhecimento humano, como o Direito, a Sociologia, a Filosofia e as ciências da linguagem, embora apenas recentemente tenha alcançado o estatuto de objeto legítimo de investigação linguística”. Assim, na concepção de Koch (2006), a argumentação configura-se como uma atividade estruturante do discurso porque marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. Afinal para o discurso, há um conjunto de intenções dentro da própria interação social. Estas intenções são determinadas pelo emissor no modo de exposição das suas ideias, pontos de vista e outros elementos de desenvolvimento do discurso, através do uso da língua e da linguagem, orientando os enunciados no sentido de obter respostas.

Os intervenientes da argumentação estão abertos para a dúvida e o locutor está disponível para o conflito verbal que denota interação social, através de discursos e intervenções discursivas ciente de que a argumentação é uma atividade social, de natureza discursiva, dialógica que envolve o locutor (eu/nós) e o outro(s) (ele/eles), todos eles imbuídos numa pluralidade de perspectivas.

A argumentação é dialética, ou seja, pressupõe também oposição ou conflito, isto é, o alocutário não é um eterno ouvinte, ele intervém a seu favor para contrapor. Porque tanto um como o outro têm como objetivo convencer ou persuadir as pessoas (mesmo que estas sejam as detentoras por “direito” da palavra). A argumentação, afinal, constitui uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso. A argumentação é regida pelos propósitos do emissor que determina o modo como irá expressar suas ideias e pontos de vista, através do uso da linguagem adequada, orientada para enunciados que requerem obtenção de respostas que condizem com os objetivos previamente traçados. Assim, na argumentação, “todo enunciado expressa a intenção de atuar sobre o outro para conquistar adesões”⁸.

8

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/monografia/abdul.pdf Acesso, 02 de Junho, 2016

Embora a argumentação hoje tenha um rosto diferente, não pode fugir das suas origens, pelo menos, conhecidas e estudadas com afinco, para a percepção da sua posição atual. Trata-se da antiguidade clássica, em que se destaca a figura de Aristóteles que, segundo Meneses, citado por Paulinelli (2014), sistematizou os estudos sobre os meios de persuasão em quatro dimensões argumentativas: a demonstração, a retórica, a sofisma e a dialética. Nesta fase enquanto a retórica se elevava como “arte de persuadir através da utilização do raciocínio lógico” (apud. Sena e Figueiredo, 2013), buscando cuidadosamente argumentos servis para convencer públicos, os retóricos acautelavam uma vocação pedagógica para a eloquência, ou seja, a arte do bem falar, em conformidade com os sofistas. O sofista que, segundo Stirn (2006), citado em Sena e Figueiredo, “na visão de Aristóteles, manipula, para persuadir, os fatores irracionais que são o *ethos* (o caráter do orador) e o *pathos* (as paixões do auditório), concluindo assim, que a arte oratória desenvolvida pelos sofistas era a *arte de enganar* (itálico do autor), primeiramente, justificando-se tal pelo texto de Meneses (2001, p. 182) a seguir:

[...] porque ela tinha colocado o conhecimento do objeto em segundo plano. A sua prioridade era o estudo das evidências exteriores à arte que poderiam ser úteis para promover e amplificar a emoção do auditório. [...] Em segundo lugar, [...] a sofística não se interessava por uma pesquisa adequada dos gêneros discursivos mais comuns no cotidiano da *polis* e, por isso mesmo, menos especializados. Pois são discursos em que o auditório não se encontra na posição de juiz de uma causa alheia mas delibera em seu próprio benefício e o interesse da cidade. Em terceiro lugar, [...] o conhecimento da sofística não passava de *simulacro*, pois o raciocínio dessa parecia silogístico somente na forma. Um exame mais detido do mesmo seria capaz de demonstrar algum vício ou defeito que comprometia o caráter lógico, servindo para *enganar o auditório* (itálico nosso). Pois, não se postulava correspondência entre a linguagem e a realidade. (apud. Sena e Figueiredo 2014, p. 9)

O raciocínio lógico, apresentado por Aristóteles tanto em *Arte Retórica* (obra em que Aristóteles inovou os estudos retóricos dando início à sistematização da estrutura do pensamento racional), como em *Órganon* (obra onde estabeleceu as bases da lógica formal), concentrava a atenção na análise dos meios de provas demonstrativos, considerando Ribeiro (2012) que “desse modo, a argumentação só tem validade se alcançar a adesão do auditório”. Este mesmo autor, que Sena e Figueiredo vêm citando considerou que “a fala do orador é concebida como forma de ação, embora a ênfase não esteja no que diz, no conhecimento produzido por ela e sim na finalidade de persuadir o outro”.

Uma vez que no entender de Aristóteles, “a razão e o sentimento eram inseparáveis” (Reboul, 2004), foram apresentados alguns meios que podiam ser utilizados para organizar um discurso persuasivo, que eram de ordem racional (*logos*) e afetiva (*ethos* e *pathos*), mas também

delimitavam a existência de três elementos na composição do discurso: “aquele que fala; aquilo sobre o que se fala e aquele a quem se fala”. Neste mesmo âmbito, evidenciava também a existência de três tipos diferentes de ouvintes que atuavam no discurso que eram: o espectador que olhava o presente; a assembleia que olhava o futuro; e o juiz que julgava sobre coisas passadas. Com base nesses três tipos de posicionamentos, ainda vinculava três tipos de gêneros de discurso retórico já citados.

Na elaboração do discurso, considerava Aristóteles que o orador dividia a retórica em quatro fases: a invenção (*heurésis*), a disposição (*táxis*), a elocução (*lexis*) e a ação (*hypocrisis*): A invenção era a etapa inicial, fase em que o orador escolhia o tema e buscava os argumentos adequados para a sustentação do seu discurso; a disposição correspondia à etapa em que o orador procurava organizar a estrutura do seu discurso, a fim de alcançar o seu objetivo, ou seja, persuadir o seu interlocutor; já a elocução era a fase em que o orador imprimia o seu próprio estilo, a partir da construção linguística do discurso e a última etapa pela qual passava o orador, ou seja, a ação era a fase em que o discurso era colocado em prática e contava com o auxílio de recursos linguísticos (semânticos e sintáticos) e extralinguísticos (gestos, entoação, ritmo, etc.) para alcançar o efeito desejado sobre o interlocutor. Aristóteles foi ainda o filósofo que introduziu na retórica a divisão do raciocínio em três tipos distintos: analíticos, dialéticos e sofísticos. Os analíticos eram os raciocínios de caráter científico, verdadeiros e que levavam a conclusões corretas. Os dialéticos eram os raciocínios prováveis, de caráter verossímil, que se apoiavam nas opiniões, crenças das pessoas e não tinham como pretensão conduzir conclusões totalmente corretas, mas prováveis pois baseavam-se na *doxa*, enquanto os sofísticos eram falaciosos que levavam a conclusões incorretas e se mostravam como verdadeiros para convencer o auditório. Os raciocínios “dialéticos ficavam entre os raciocínios científicos e sofísticos. Aristóteles estudava-os em dois livros: ‘Tópica’ e ‘Arte Retórica’. Fixemos que tanto a Retórica como a Dialética só lidam com raciocínios dialéticos ou prováveis” (Tringali, 1988, p.149, cit. Id.).

Portanto, “para que uma tese consiga a adesão de um auditório, ela necessita, de certa forma, estar em conformidade com as crenças desse auditório ou, com o que esse auditório é capaz de admitir como sendo racional” (Souza, 2001, p. 163).

Olhando para tudo o que ficou construído por Aristóteles, confirma-se quão a antiga é a argumentação, porquanto, o caráter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz o mesmo. Neste caso, a retórica não se distingue em nada da argumentação. Trata-se de um processo racional de decisão numa situação de incerteza, de verossimilhança, de probabilidade (Sena, Figueiredo, 2014).

Porém, embora tal hegemonia durasse, a retórica aristotélica acabou por se desgastar, pelo que em 1958, século XX d. C., com as publicações de, respetivamente de “Traité de

l'Argumentation" (Perelman) e "The Uses of Argument (Toulmin)", buscou-se revalorizar a retórica antiga, mas inscrita no quadro de uma teoria da argumentação. Assim, Perelman (1993: 24), citado em Serra (1995/96), justificava a nova teoria com argumentos como: "a teoria da argumentação, concebida como uma nova retórica (ou uma nova dialética), cobria todo o campo do discurso que visava convencer ou persuadir, seja qual fosse o auditório a que se dirigisse e a matéria a que se referia". O mesmo autor (1987, p.234) já tinha defendido que argumentar era "fornecer argumentos, ou seja, razões a favor ou contra uma determinada tese". Dizia que uma teoria da argumentação, na sua conceção moderna, vinha assim retomar e ao mesmo tempo renovar a retórica dos Gregos e dos Romanos, concebida como a arte de bem falar, ou seja, a arte de falar de modo a persuadir e a convencer, e retomava a dialética e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia.

A Nova Retórica, segundo Sena e Figueiredo (2014) é uma nova modalidade para estudos da retórica, sem desprezar os preceitos da retórica clássica de Aristóteles. A Nova retórica é um regresso à dialética aristotélica. E só não se chama assim porque a palavra dialética já se tinha comprometido totalmente com o sentido hegeliano e marxista e parecia absurdo empregá-la também com o sentido aristotélico, embora seja o sentido fundamental, básico.

Perelman (1989) tomou como ponto de partida a distinção entre argumentação e demonstração à qual subjazem os raciocínios de tipo dialético e de tipo analítico, respetivamente. Segundo este autor, a argumentação diz respeito ao conjunto de *«techniques discursives permettant de provoquer ou d'accroître l'adhésion des esprits aux thèses que l'on présente à leur assentiment»*. Já a demonstração é composta pelos meios de prova *«qui permettent de conclure, à partir de la vérité de certaines propositions, à celle d'autres propositions, ou encore, sur le terrain de la logique formelle, de passer, à l'aide de règles définies de transformation, de certaines thèses d'un système, à d'autres thèses du même système»*, segundo Lopes (1997b: 161-162), citando Perelman.

Ribeiro (2009) considerou a ideia de auditório presente na retórica aristotélica, retomada pela NR, como elemento fundamental para o desenvolvimento da argumentação. Logo, "é a relação entre orador e auditório que constitui o sentido da argumentação" (Ribeiro, 2009, p. 27). Esta forma de construir o pensamento explica-se pela abrangência da perceção atual de Perelman que explica "(...) a conceção de auditório vista sob a ótica da heterogeneidade, que supõe a existência de vários indivíduos, pensando de forma diferente e possivelmente chegando também a conclusões diferentes" (Id.). Os auditórios de Perelman e Olbrechts Tyteca dividiam-se em três partes: particular, universal e individual. O primeiro era concebido como aquele que era constituído por um tipo de interlocutor ou interlocutores, a quem o orador direciona o seu discurso; o segundo corresponderia a um auditório constituído por todos os homens. Já o terceiro

seria aquele composto pelo próprio sujeito que delibera, sendo capaz de “experimentar o valor de seus próprios argumentos” (Perelman *et al.*, 2005, p.46).

Em 1970 surge, por meio do francês Oswald Ducrot com auxílio de Jean Claude Anscombe, também este francês, a **Teoria da Argumentação na Língua** (TAL), também chamada Semântica Argumentativa, que, nas suas formas de desenvolvimento foram designadas por Forma *Standard* e Teoria dos *Topoi* Argumentativos e na terceira fase por Marion Carel, Teoria dos Blocos Semânticos. Ribeiro (2009, p.29), citado por Sena e Figueiredo 2014, diz que “essa teoria tem como principal objetivo mostrar que a argumentatividade se encontra presente na própria língua e, por isso, deve ser compreendida como “um ato linguístico fundamental, um elemento estruturante do discurso”. A argumentação, propõe Ducrot (1989, p. 18), pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo facto que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-ia que “a argumentação está na ‘língua’, nas ‘frases’. Koch (2000, p. 159), diria que “a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto”. Aliás, afirma: “como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor” (Koch, 2002, p. 17).

Para Azevedo (2006a, p. 119), citado em Azevedo e Mileski a argumentação, na teoria de Ducrot, “caracteriza-se pela interdependência de sentido dos segmentos argumento e conclusão que compõem, justamente por essa interdependência, um *encadeamento argumentativo*”.

Ducrot propôs conceitos distintos para a argumentação, a saber: «*l’argumentation linguistique*» et «*l’argumentation rhétorique*» (Amossy e Koren, 2009). A segunda equivale à “atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa”, ao passo que a primeira diz respeito aos “segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (portanto), *alors* (então), *par consequent* (consequentemente)” (apud. Azevedo e Mileski, 2011, p.172).

Koch (2006) propôs que a argumentação se configure como uma atividade estruturante do discurso porque marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade, sendo responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando enunciados ou parágrafos, transformando-os em textos⁹. Pela argumentação, o locutor utiliza o seu raciocínio, o mais articulado, coerente, convincente ou persuasivo possível, articula as suas opiniões para que possam ser facilmente apreendidas pelo alocutário, já que o convencimento e a persuasão, ambos fazem parte do processo de argumentação “e correspondem ao ato de levar a crer ou induzir a

9

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/monografia/abdul.pdf Acesso, 02 de Junho, 2016

algo”. Koch, na fonte citada, assegura que o ato de convencer se dirige através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo assim capaz de atingir um ‘auditório universal’ e possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático), enquanto o ato de persuadir, procura atingir a vontade, o sentimento dos interlocutores, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, a um ‘auditório particular’: o primeiro conduz a certeza, ao passo que o segundo leva a inferências que podem levar esse auditório – ou parte dele – a aderir aos argumentos apresentados¹⁰.

Explica-se, deste modo, que o convencimento e a persuasão, são as duas distintas formas de argumentar, conforme exposto por Koch (2006), a serem utilizadas em conformidade com a intenção do locutor, seu público-alvo e, especialmente, ao género que ele utilizara para expor seus argumentos. Assim, na sua visão, “ a persuasão busca atingir o interlocutor através dos sentimentos dos interlocutores, da vontade, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se a um “auditório particular”, estando, portanto vinculado a emoção (Koch, 2006, p.18) ”. Já, convencer, para o autor que vimos citando, está estritamente ligada à razão, por meio de provas objetivas e claras, capaz de atingir “auditório universal”, possuindo um caráter puramente demonstrativo e atemporal, através de um raciocínio estritamente lógico”.

A argumentação pressupõe a escolha de determinado signo, a disposição dos termos oracionais dentro de um período, o tom de voz e o registo linguístico empregado pelo emissor, possibilitando a formulação de ideias e o desenvolvimento de pontos de vista, por meio dos quais se programam e articulam os discursos, havendo uma quase reciprocidade entre o discurso e a argumentação, descrito por Adilson Citelli nas seguintes palavras: “Generalizando um pouco a questão, é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (Citelli,1988, p.6)¹¹.

2.4.1 Teoria da Argumentação na Língua (TAL) – Ducrot/ Anscombre

Segundo Campos (2007), em 1988 Oswald Ducrot publicou o livro *Polifonia y Argumentación*, o qual apresenta as duas primeiras etapas da Teoria da Argumentação na Língua, conhecidas como forma padrão da teoria e teoria dos *topoi* argumentativos. Para esta autora:

O modo como a teoria concebe a argumentação vem sendo alterado desde então, sem que tenha sido abandonada a ideia central – expressa na própria designação da teoria – de que a argumentação está inscrita no funcionamento da língua. O ponto inicial das discussões acerca desse tema é o fato de que sua concepção de argumentação opõe-se essencialmente à concepção

¹⁰ Id.

¹¹ Id.

tradicional, segundo a qual o sujeito falante apresenta um argumento como justificativa para uma determinada conclusão. Desse ponto de vista, o argumento contém um fato e se constitui na apresentação de uma razão. O fato implica a conclusão por via lógica, psicológica, sociológica, nunca linguística.

Amossy (2015) compartilha, quando refere que Ducrot considera a argumentação como um facto de língua e não do discurso, que intervém na construção do sentido do enunciado.

On sait que pour Ducrot, l'argumentation est un fait de langue et non de discours, qui intervient dans la construction du sens de l'énoncé - «Signifier, pour un énoncé, c'est orienter» (Anscombe & Ducrot 1988) - et qui consiste en un enchaînement d'énoncés. Cette perspective a, entre autres, fécondé l'étude des connecteurs et des *topoi* avant de faire place à celle des blocs sémantiques dans la théorie développée par Carel (1999).

Para Sena e Figueiredo (2013) os estudos realizados por Oswald Ducrot sobre a Teoria da Argumentação, sob uma perspectiva linguística contaram com a colaboração de Jean-Claude Anscombe, nas primeiras fases da teoria (denominadas de Forma *Standard* e Teoria dos *Topoi* Argumentativos), e de Marion Carel, na terceira e atual fase dessa teoria (denominada Teoria dos Blocos Semânticos). Estas autoras referem também que “os estudos da argumentação vêm sendo desenvolvidos, desde a antiga Retórica até os dias de hoje, por estudiosos de diversas áreas do saber, como filósofos, literatos, especialistas da linguagem e linguistas”. Por isso, referem as autoras, o estudo por elas realizado, sobre a Teoria da Argumentação, parte de Aristóteles, notável filósofo grego, passa pelos estudos desenvolvidos por Perelman, com a colaboração de Olbrechts-Tyteca, por terem provocado uma verdadeira renovação nos estudos da argumentação. Para Azevedo e Mileski (2011), o ato de argumentar tem sido apontado como fundamentalmente inerente às atividades sociais e de linguagem e apelam para um olhar aos anúncios publicitários, artigos, reportagens, cartas do leitor ou qualquer outro gênero textual para perceber a importância que a argumentação assume na efetivação do discurso...“ao invés de agir com o outro e com o mundo, o homem na verdade age sobre eles, tentando sempre influenciá-los, utilizando palavras e, por isso mesmo, imbricando nelas uma força muito mais argumentativa do que simplesmente informativa” (Azevedo 2000, p. 35 cit. Azevedo e Mileski, 2011).

No artigo “O Percurso Teórico de Oswald Ducrot na Defesa de uma Argumentação Linguística”, a autora Hilda de Oliveira Olímpio considera difícil traçar o percurso da evolução teórica do autor, desde a sua interlocução com as teorias lógico-referencialistas, fortemente presente nos primeiros textos (1981 [1966], 1973); passando, numa fase posterior (1977 [1972]), pela influência da pragmática; adotando, na sequência, uma postura mais estruturalista, em que focaliza os operadores e articuladores argumentativos e introduz a teoria da polifonia (1980,1987/ [1984], 1990); evoluindo, num momento seguinte, para a teoria dos *topoi*, como lugar-comum argumentativo (1995, 1999); perspectiva abandonada na forma atual da teoria,

fundamentada na noção de blocos semânticos e de encadeamentos argumentativos (1997, 2005). No mesmo artigo, a autora refere que “diferentemente de Saussure, para quem a função fundamental da língua é a comunicação, Ducrot defende que a função fundamental da língua é a argumentação”.

A noção de *polifonia* em Ducrot, segundo Barbisan e Teixeira (2002) aparece pela primeira vez no capítulo 1 (um) de *Les mots du discours* (1980), é retomada, com modificações, em *Le dire et le dit* (1984) e retrabalhada nas conferências de Cali (1988).

Segundo os autores, a palavra *polifonia*, originalmente, refere uma classe de composição musical, caracterizada pela *sobreposição de muitas vozes ou muitos instrumentos, exprimindo cada qual suas idéias, quase sempre em ritmos diferentes*. Os autores referem que Ducrot se propõe a explicar como, a partir da leitura de *Linguistique générale et linguistique française* de Charles Bally (1965), ele encontrou inspiração para sua teoria linguística da polifonia:

(...) Ducrot diria que o *locutor* – pessoa à qual se atribui a responsabilidade pela enunciação – põe em cena dois enunciadores que, a respeito do mesmo objeto, reagem de modo oposto. Essa seria uma solução polifônica. Para se admitir uma solução polifônica desse tipo, é preciso aceitar a coexistência possível de vários *modus* e vários *dictum* no sentido de um enunciado único. Nada proíbe que se veja na proposta de Bally, para um mesmo enunciado, sujeitos modais distintos: o enunciado, diz Ducrot, *poderia então representar os pontos de vista ou as reações de diferentes pessoas. O que sugere uma concepção teatral da enunciação: o sentido do enunciado descreve a enunciação como a confrontação de pontos de vista diferentes, que se justapõem, se superpõem ou se respondem* (1989, p. 178). Análises feitas ao modo de Bally, explica Ducrot, obrigariam a reconhecer não apenas diversos *modus*, mas também diversos sujeitos modais.

Segundo Barbisan e Teixeira, no capítulo 1 de *Les mots du discours* (1980, p. 43), Ducrot faz a primeira alusão ao conceito de polifonia, que ele formula junto à tese de que o enunciado veicula uma imagem de sua enunciação. Para Ducrot a idéia central desenvolvida pelo autor é que, nessa descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado, se deve distinguir o autor das palavras (*locutor*) e os agentes dos atos ilocutórios (*enunciadores*). Ao par *locutor/ enunciador*, associa o par *alocutário/destinatário*.

Quando o conceito de polifonia precisou de ser melhor compreendido, Ducrot estabeleceu a noção de *enunciador, locutor e sujeito empírico*. Enquanto o enunciador (E) correspondia ao ser responsável pelos pontos de vista expressos através da enunciação, não era ser do mundo real, mas abstrato, ao qual não era atribuída a palavra; o locutor (L) era o ser responsável pelo enunciado, que se evidenciava através das marcas de primeira pessoa. Já o sujeito empírico (λ) era o ser do mundo real, pertencente ao extralinguístico, diferente do locutor que se encontrava no plano linguístico. Na verdade, os estudos de Ducrot estavam centrados na língua e não fora

dela. Para mostrar a presença de enunciadores dentro de um enunciado, Ducrot (1988, p. 24) apresentou o seguinte exemplo: “Pedro não veio; ao contrário, ficou em casa”. Nesse enunciado, podemos identificar a presença de dois enunciadores que assumem os seguintes posicionamentos: E1- Pedro veio (enunciador presente); e E2- Pedro não veio (enunciador implícito). A polifonia explica-se como um conjunto de vozes que estão implícitas num enunciado quando um locutor se dirige a um interlocutor. Na verdade, são pontos de vista nos quais o locutor toma uma posição. Assim, “Pedro não veio” e recusa o ponto de vista de (E1): “Pedro veio”. Como afirma Delanoy (2008, p.26), “do diálogo entre locutor e enunciadores vem a noção de polifonia na linguagem”.

Quando Ducrot, (1989, op. cit.) propõe que “a argumentação está na ‘língua’, nas ‘frases’”, querará fazer crer que são as frases que possuem argumentatividade por conduzirem o alcance das conclusões “a partir do sentido presente em morfemas como *pouco* e *um pouco*, elementos determinadores da força argumentativa de um enunciado” (Sena e Figueiredo, 2014). A força argumentativa de um enunciado, precisou Ducrot, é a base da teoria que procura definir o conceito de possibilidades argumentativas, propondo conforme transcrito em Sena e Figueiredo que:

a força argumentativa de um enunciado A deve ser definida como um conjunto [...] dos enunciados C1, C2... etc. que podem aparecer como conclusões de A. Assim a força argumentativa de um enunciado “Pedro trabalhou um pouco” consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe ser encadeados em um discurso por um *portanto* ou um conectivo deste tipo, explícito ou implícito. Neste conjunto, encontrar-se-iam, por exemplo, os enunciados “Ele está cansado”, “Ele tem o direito de descansar”, “Ele talvez tenha terminado o artigo”. (Ducrot, 1989, cit.)

Para Campos (2009), a teoria de Ducrot assenta na ideia central de que a argumentação está inscrita no funcionamento da língua:

O ponto inicial das discussões acerca desse tema é o fato de que sua concepção de argumentação opõe-se essencialmente à concepção tradicional, segundo a qual o sujeito falante apresenta um argumento como justificativa para uma determinada conclusão. Desse ponto de vista, o argumento contém um fato e se constitui na apresentação de uma razão. O fato implica a conclusão por via lógica, psicológica, sociológica, nunca linguística. (Campos, 2007, p.140)

A reflexão ali desenvolvida é a de que o locutor (sujeito falante) argumenta quando tenta impor ao seu alocutário (ouvinte) uma *conclusão* por meio da apresentação de uma *razão*. De acordo com tal concepção, a razão decompõe-se em *argumento* e *lei*. Então existem três elementos a ter em conta: argumento, razão e conclusão, diante dos quais Ducrot reinsere o conceito de

*tópoi*¹² *argumentativos* que são “princípios responsáveis pela ligação entre argumentos e conclusões”. Nesta teoria, segundo Campos (2007, p.141), o valor argumentativo das palavras é o responsável pela direção argumentativa do discurso. O autor sustenta essa tese afirmando que há, em todas as línguas, pares de frases que, embora enunciem o mesmo fato do mundo, têm orientações argumentativas diferentes.

Os *topoi* apresentam na visão de Ducrot três propriedades inerentes ao princípio argumentativo: universais, gerais e graduais: a) é “*universal*”, por ser comum a uma determinada comunidade linguística, num sentido bastante limitado; b) *geral*, por se aplicar a um grande número de situações, não apenas a do momento em que se fala; c) *gradual*, por relacionar duas escalas, duas gradações, de modo que, “quando se percorre uma das escalas, percorre-se também a outra, e que o sentido no qual se percorre uma implica um certo sentido para o percurso na outra” (Ducrot, 1989, p.26, cit. Campos, 2007; Sena e Figueiredo, 2014).

A frase “Está fazendo calor, vamos à praia” é um exemplo de tópos graduais que Ducrot propõe, pois, quanto mais calor (clima ameno, bom tempo, quente, temperatura agradável) mais as pessoas decidiriam ir para a praia. Essa relação de gradação (quanto mais.../quanto menos), presente na *teoria dos topoi*, é, segundo Cabral (2010, p.54-55), “uma propriedade decisiva da argumentação, o que possibilita e implica a existência de *escala argumentativa*” que “é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados”. Assim, as *escalas argumentativas* permitem “avaliar os argumentos em termos de força, isto é, há argumentos que são mais fortes do que outros em relação a uma mesma conclusão” (Cabral, 2010, p. 54-55 cit. Sena e Figueiredo).

Existem os *operadores argumentativos* que são responsáveis por indicar a gradação da força dos argumentos e por mostrar para que direção os enunciados apontam. Quando os enunciados apontam para uma mesma conclusão dizem-se pertencerem a uma *classe argumentativa* – que pode ser definida como um conjunto de enunciados que argumenta em direção a uma mesma conclusão, lê-se em Sena e Figueiredo.

Em 1990, surge a Teoria dos Blocos Semânticos (TBC) por Carel e Ducrot que pretendiam rever as concepções apresentadas na TAL e melhorá-la, assim como promover elementos de importância particular para a teoria da polifonia.

O próprio Ducrot (2002, p.7) disse que a teoria dos ‘blocos semânticos’ mantinha e até mesmo radicalizava as decisões iniciais da TAL. Anscombe e Ducrot recorreram aos ‘topoi’. Para M. Carel, o sentido de uma entidade linguística é evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem

¹² Topoi, tópos, não é uma terminologia nova, pois, foi Sócrates, na sua retórica que a referenciou pela primeira vez, estando associado à ideia de lugares comuns, ou seja, categorias formais de argumentos que têm uma aplicação geral. Eles constituem princípios gerais que servem de base para o raciocínio que permite o acesso a uma conclusão sem precisar de estar expressamente ditos (Cabral, 2010, p.53 cit. Sena e Figueiredo).

função puramente combinatória, modificar os discursos associados a outras entidades. Só o discurso é, portanto, doador de sentido.

Nessa nova perspectiva, segundo Delanoy (2008, p. 30), citado por Sena e Figueiredo (2014), “o sentido se constrói a partir da relação de interdependência existente entre dois segmentos, ou seja, entre argumento e conclusão e não mais na passagem de um argumento A para uma conclusão C, como se argumento e conclusão fossem elementos semanticamente independentes. Isso significa que o sentido se constrói a partir de um bloco semântico que corresponde à “[...] interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo”.

Porém, a nossa preocupação hodierna e, neste trabalho, é tentar perceber se o discurso das APM já construiu bases suficientes para a argumentação estudada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, que atribuíram ao discurso características modernas, democratizadas e democratizadoras de convencer e persuadir, que consistem no questionamento e na contestação, deixando para trás a retórica, sofisma ou oratória propostas na era clássica aristotélica.

A utilização da argumentação no discurso comum é para Abreu (2002) sinónimo de manipulação e coerção, ou seja, argumentar, no discurso do senso comum, é vencer alguém, forçá-lo à submeter-se a nossa vontade, apesar de os estudiosos da argumentação observarem que há diferentes modos de argumentar e que é possível argumentar sem necessariamente manipular ou trabalhar somente com o sentimento e a emoção. O autor considera, por isso, que, embora ambos os termos estejam englobados na noção de argumentação, atualmente, deve separar-se convencer e persuadir. No entanto, essa atividade exige um esforço mais subtil: “argumentar é colocar-se no lugar do outro para produzir um texto/ discurso que possa convencê-lo, ou melhor, é orientar o discurso no sentido de buscar adesões” (Abreu, 2002, p. 24).

Na TBS são admitidos dois tipos de conectores, o que resulta em apenas dois tipos de encadeamentos argumentativos: *normativos* e *transgressivos*. A argumentação pode, então, ser de tipo *normativo* ou *transgressivo*. A argumentação do tipo normativo é aquela cujos componentes estão interligados semanticamente por um conector do tipo *donc* (do francês, e *logo* do português) e a argumentação de tipo transgressivo é aquela cujos segmentos se encontram inter-relacionados por um conector do tipo *pourtant* (do francês e no entanto do português) (Cf. Carel *et al.*, 2005, p. 14 cit. Sena e Figueiredo).

Na TBS, Ducrot e Carel também contemplam dois modos distintos através dos quais um aspeto pode ser evocado a uma entidade: o *externo* e o *interno*, explicitada da seguinte forma:

A argumentação interna está inscrita no significado da palavra e os encadeamentos possíveis são internos à palavra em questão; a argumentação externa, por sua vez, contém encadeamentos que prolongam o significado da palavra. Ressaltamos, no entanto, que tanto a argumentação interna quanto a argumentação externa constituem um fenómeno geral [...](Id.)

Neste nível (semântica argumentativa), “a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua”. Assim, a argumentatividade não é algo acrescentado ao uso da língua. A semântica argumentativa, que também se chama, semântica da enunciação, ou macrossintaxe do discurso, tem por função identificar enunciados cujo traço constitutivo é o “de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros”. Ou, simplificando, com a pretensão de argumentar (Koch, 2006, p. 102).¹³

2.4.2 Teoria da Argumentação no Discurso – Ruth Amossy

As constantes reincidências da retórica antiga devem-se ao facto de por ela sermos reconduzidos ao desenvolvimento da ciência da linguagem – na qual “a argumentação no discurso opõe-se à argumentação na língua que nega as virtudes do logos” (Amossy, 2007). É desejável que um discurso apresente uma orientação argumentativa, pois, como diz Amossy, mesmo “a fala que não tem a intenção de convencer acaba por exercer alguma influência, orientando maneiras de ver e de pensar”, visto que “o exercício da fala implica normalmente vários participantes – os quais exercem permanentemente uns sobre os outros uma rede de influências mútuas: falar é trocar, e é mudar trocando” (Kerbrat-Orecchioni, 1990, cit. Amossy, 2007). Assim se consolida o carácter sociocultural desde as origens da retórica, enquanto “instrumento de exercício da cidadania que, segundo Amossy (2006), permitia tanto a boa marcha da justiça, pelo manuseio da controvérsia, como o bom funcionamento da democracia, pela prática da palavra pública”(Paulinelli, 2014).

Na sua nova construção, nova retórica, Chain Perelman considerou que, “toda argumentação se desenvolve em função do auditório, ao qual ela se dirige e ao qual o orador deve se adaptar. O auditório, em Perelman, é sempre uma construção do orador e essa construção se dá por meio de um jogo de imagens”. Essa construção em momento algum foi contestada por Amossy, embora o tivesse sido por outros tantos, por construir a sua linguística a partir de elementos do direito e da filosofia. Para Amossy “a empresa da persuasão se mostra especialmente perigosa, e também mais interessante, quando o auditório possui membros cujos pontos de vista são diferentes”. Assim, Ruth Amossy, diante do conflito que opunha Perelman a muitos críticos que não adentravam na interpretação plena do seu pensamento linguístico perelmaniano (desmistificar a obra perelmaniana), buscou aliar a dimensão filosófica da argumentação, especialmente em sua vertente retórica (Aristóteles) e neo-retórica (Perelman), a uma dimensão linguístico-discursiva, com vistas à criação de um método de análise argumentativa (Paulinelli, 2014, p.403).

¹³

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/monografia/abdul.pdf Acesso, 02 de Junho, 2016

Ao estudar a argumentação no discurso de Ruth Amossy, Paulinelli constatou que esta buscou primeiramente redefinir a retórica perelmaniana como um dos ramos da linguística do discurso, fornecendo-lhe instrumental teórico-metodológico adequado ao estudo concreto do discurso argumentativo. Para tal, ocupa-se em solucionar uma questão de delimitação dos campos de interesse da retórica e da análise do discurso. A retórica, nesse sentido, continua Paulinelli, (2014), interessa-se apenas por discursos com propósito persuasivo declarado, enquanto a análise do discurso abriga estudos de *corpora* de natureza mais diversa, a fim de apanhar a articulação entre uma organização textual e um dispositivo de enunciação tributário de determinada situação social. Outra divergência tem a ver com os objetos de estudo de uma e outra área: enquanto a retórica se centra nas técnicas argumentativas, a análise do discurso estuda todo o discurso no quadro de troca onde ele se desenvolve.

Neste âmbito, Amossy (2005, cit. Paulinelli, 2014) defende, então, que o pesquisador deve estar atento ao que ela chama de *visée argumentativa* e dimensão argumentativa: se considerarmos a interação verbal como um jogo de influências recíprocas, podemos entender que todo o discurso tende a agir sobre o parceiro, incitando-o a ver e a pensar de um certo modo, a partilhar um ponto de vista, apesar de nem todos os discursos possuírem um mesmo objetivo. A título exemplificativo, Amossy aponta o discurso eleitoral ou publicitário, um manifesto, uma carta aberta, que se constroem em torno de uma “*visée* persuasiva”, da qual o auditório é bem consciente, ao passo que textos literários não buscam diretamente a persuasão, embora indiretamente comportem também uma orientação argumentativa, na medida em que apresentam certa visão de mundo (Amossy 2005, cit. Paulinelli, 2014).

Existe, sem dúvida, segundo Amossy (2006 [2000], 2005), uma diferença entre estratégia de persuasão programada e a tendência de todo o discurso de orientar as maneiras de ver do(s) interlocutor(es). No primeiro caso, o discurso manifesta uma *orientação* argumentativa: o discurso eleitoral ou a publicidade constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, ele comporta simplesmente uma *dimensão* argumentativa, conforme se verifica no artigo informativo que preza por sua neutralidade, a conversa coloquial ou o texto ficcional. Mas a argumentação, presente ela ou não uma vontade manifesta de conduzir à aprovação, é sempre parte integrante do discurso em situação. É que nos termos de Charaudeau, citado em Amossy (2007, p.122), todo ato de linguagem emana de um sujeito que gera sua relação com o outro (princípio de alteridade) de maneira a influenciá-lo (princípio de influência) e, ao mesmo tempo, a gerar uma relação na qual o interlocutor tem seu próprio projeto de influência (princípio de regulação) (Charaudeau, 2005, p.12). Percebe-se, portanto que, continua Amossy, por sua natureza dialógica, o discurso comporta como qualidade intrínseca a capacidade de agir sobre o outro, de o influenciar.

Segundo Bourdieu (1982), citado por Amossy, o poder da fala provém “das condições institucionais de sua produção e de sua recepção”

A questão, portanto, no que diz respeito ao impacto de um dado discurso, não é de ver por quais processos linguageiros ele consegue agir sobre o auditório; o que mais importa é saber qual é a situação do orador e a legitimidade institucional conferida à sua fala. Nessa perspectiva, é o ethos que se vê uma vez mais privilegiado à custa do logos. A imagem produzida pelo discurso deve estar em conformidade com aquela que decorre da posição do locutor, e é a posição prévia da qual ele tira a sua legitimidade, e não a força do raciocínio, que confere à linguagem o seu poder. (Amossy, 2007)

Estamos volta e meia considerando que o discurso é conceitualmente uma troca, “linguagem colocada em ação, e necessariamente entre parceiros”, diz Benveniste (1966), citado por Amossy, que aventa o “*plano figurativo*”, assim observando que “a enunciação postula um interlocutor”, um “parceiro” com quem o locutor estabelece necessariamente uma “relação discursiva” (Benveniste, 1974, p. 85 cit. Amossy, 2007). Parece, a partir daí, diz Amossy, que é possível ancorar a análise argumentativa numa análise da enunciação preocupada em localizar as marcas de linguagem do locutor e do interlocutor no discurso. Além dos marcadores, tais como os diferentes indícios de alocação – designações nominais, pronomes pessoais –, pode-se encontrar a figura do interlocutor através do conhecimento, das competências, dos valores e das crenças que lhe são atribuídas.

Estabelece-se, neste caso, como Perelman (1987), citado em Paulinelli, (2014), “que o tipo de auditório visado determina quais as melhores técnicas argumentativas a serem empregadas pelo orador”. O mesmo autor considera que, em função de suas características, os auditórios podem ser classificados como particular ou universal, homogêneo ou heterogêneo, simples ou composto. Contrariamente, Amossy (2002), embora não considere irrelevante, pensa, baseada em trabalhos desenvolvidos sobretudo por Goffman (1967), que as ciências da linguagem se preocupam menos com a natureza do auditório e mais com os modos de presença do alocutário na comunicação, de forma que estabelecem classificações quanto às instâncias de recepção em função do grau de presença e de atividade.

Perelman (1987) teoriza que o discurso se apoia sobre as crenças e as opiniões em voga no meio social: para começar a desenvolver uma argumentação, o orador deve estabelecer antes um acordo com o auditório, sendo que esse acordo repousa sobre os factos (aquilo que é considerado como tal), as verdades (aquilo que o público entende como verdade) e as presunções (que se cuidam válidas em função das normas admitidas). O autor considera que a partir dessas bases, o orador prossegue o seu discurso argumentativo, apoiando-se em técnicas de ligação e de dissociação, em função dos esquemas lógico-discursivos que desfrutam de largo reconhecimento, até à generalização. Perelman (1987) apropriava-se assim dos lugares, os *topoi*.

A abordagem dos *topoi*, para Amossy (2002), procura determinar os esquemas lógico-discursivos que articulam e modelam os raciocínios, mostrando que a sua força de convicção depende, em parte, dos lugares comuns sobre os quais eles se edificam.

Na sua proposta de análise da argumentação no discurso, Amossy (2006) utiliza todos os fundamentos, desde a pragmática, que sob os ângulos diversos, estuda a proposição, as implicações e os *topoi* que asseguram o encandeamento dos enunciados e o seu impacto na interação (Perelman, 2002), até ao conhecimento do senso comum, no qual o locutor se fundamenta para construir desde as premissas iniciais até a conclusão, passando pelo tópicos e as *doxas*, o que evidencia também a influência de Aristóteles (1998) na formação de seu quadro teórico e na recuperação que a autora faz dos géneros retóricos, para desenvolvê-los então à luz do dialogismo de Bakhtin (1997) (Paulinelli, 2014)

Amossy (2005), citado em Paulinelli (2014), considera que as estratégias argumentativas relacionadas com o *logos*, com o *ethos* e com o *pathos* são em boa parte modeladas pelo género de discurso. Por exemplo, no que diz respeito ao *logos*, a autora entende que o grau de formalização do raciocínio, assim como a escolha e o agenciamento dos argumentos, diverge manifestamente de um quadro a outro, mesmo se as teses defendidas pelo locutor forem similares.

Finalmente, a análise da argumentação é indissociável da análise do funcionamento de um discurso em situação, assim como do estudo da eficácia da fala, que passa necessariamente pela do *logos* na sua relação constitutiva com o *ethos* e o *pathos*.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DISCURSOS ORAIS TRANSCRITOS

3.1 Gerais Patton e Savimbi: Biografias dos Homens da Guerra

Jonas Malheiro Savimbi nasceu a 3 de Agosto de 1934, numa pequena localidade do Munhango, a norte da província mais no centro de Angola, Bié. É o penúltimo dos cinco filhos de pais originários de Chilessó, Lote Malheiro Savimbi, funcionário do caminho-de-ferro e Helena Mbundu, doméstica, conforme se costumava chamar na altura às mulheres casadas que trabalhavam em casa. Savimbi pertence ao grupo etnolinguístico Ovimbundu, que comporta

30,7%¹⁴ (Malumbu, 2005, p.45) da totalidade dos mais de 9 grupos etnolinguísticos¹⁵ de Angola (Zau, (Coord.) 2007), seguido pelos Mbundu (Kimbundu) com 18,59% (Malumbu, id.),

Jonas Savimbi passou a sua juventude em Chilessó, onde frequentou o ensino primário e parte do ensino secundário em escolas da IECA (Igreja Evangélica Congregacional de Angola). Como naquele tempo os diplomas das escolas protestantes não eram reconhecidos, repetiu a parte secundária no Huambo, numa escola católica mantida pela ordem dos Maristas. A seguir ganhou uma bolsa de estudos providenciada pela IECA, para concluir o ensino secundário e estudar medicina em Portugal. A 18 de fevereiro de 1958, dia da sua partida para Portugal em companhia dos outros jovens estudantes são-lhe atribuídas, na obra “Percorrendo Caminhos Longos”, as seguintes palavras:

“Somos muitos estudantes angolanos que partem neste momento para Portugal estudar; e partimos como vossos filhos, filhos de todos os angolanos; vamos a Portugal para voltar um dia, com o objetivo de ajudar a libertar o nosso povo e contribuir para o desenvolvimento do país; não vamos para ficar. Durante a nossa estadia em Portugal guardaremos sempre presente os valores culturais angolanos”.

Em Janeiro de 1960, o então jovem, Jonas Malheiro Savimbi recebeu cartas de encorajamento do nacionalista Arão Kunga e do missionário protestante Dr. Mallory, no sentido de prosseguir a sua caminhada de luta para a libertação de Angola. Em fevereiro do mesmo ano, abandona clandestinamente Portugal rumo à Suíça, onde continuou com outros estudantes a manter o fervor nacionalista, partilhando ideias independentistas com diversos jovens e líderes africanos. Savimbi tinha uma grande facilidade de comunicação tanto nas línguas internacionalmente mais consideradas (Inglês, Francês, Português) como nas nacionais (Umbundu, Quimbundu, Tchokue, Ngangela).

Em Agosto, já na Suíça, Jonas Savimbi conheceu Tom Mboya, Ministro da Economia e Planeamento do Quênia que o aconselhou a ingressar na UPA – União dos povos de Angola, tendo proporcionado um encontro com Holden Roberto. Em Dezembro, Jonas Savimbi visitou Jomo Kenyatta, sob auspícios de Tom Boya, em Nairobi, que o aconselhou igualmente a ingressar para a UPA que considerava um movimento realmente nacionalista, e que, carecia de jovens inteligentes e organizados, como Jonas Savimbi. Resolveu assim, o seu ingresso na então União dos Povos de Angola em fevereiro de 1961, tendo sido catapultado para Secretário-geral do Movimento. Jonas Savimbi troca, em 1962, a medicina pelas ciências políticas, nas quais chega a se formar, no Instituto de Ciências Políticas e Sociais da Faculdade de Direito de

¹⁴ Malumbu, Moisés, 2005, Os Ovimbundu de Angola: Tradição – Economia e Cultura Organizativa, Edizioni Vivere In, Roma; p.45, Gráfico: Expressões em percentagem, dos grupos étnicos mais numerosos de Angola, segundo I. Carreira, p. 185.

¹⁵ Zau, Maria Ermelinda (Coord.), 2007, Uma Revolução Silenciosa em Angola, Raimundo Lima, Angola

Lausane – Suíça, tendo terminado com distinção o grau de Licenciado em Ciências Políticas e Jurídicas a 15 de Julho de 1965.

Com o seu contributo, no mesmo ano, formou-se o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio). No dia 25 de Maio, Dr. Jonas Malheiro Savimbi participou na criação da OUA – Organização de Unidade Africana, como Presidente da Comissão de todos os Movimentos de Libertação da África, constituída, para além dele (presidente), por Mário Pinto de Andrade (Secretário) e Dr. Julius Kianu (Relator).

Com o tempo foram-se acumulando divergências entre o pensamento do Dr. Savimbi e o modo de condução da UPA/FNLA – União dos Povos de Angola / Frente Nacional para a Libertação de Angola, traduzido nomeadamente na falta de estruturas que garantissem a sequência das ações no interior do país; falta de vontade política por parte da classe dirigente de integrar o “maquis” e assim revigorar a luta direta contra o inimigo colonialista, espelhado no discurso de 16 de Julho de 1964 pronunciado na Cimeira da OUA em Adis-Abeba:

“ (...) tendo em conta que o GRAE longe de intensificar a sua ação militar e o reagrupamento das massas populares, e que só os meios podem acelerar a libertação de Angola, encontra-se presos, a declarações sem futuro. Eu, Jonas Savimbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, para estar de acordo com a minha consciência, decidi, perante a mais alta instância africana demitir-se das minhas funções que não são do interesse do povo angolano e dos objetivos dos povos irmãos que têm consentido sacrifícios para ajudar a causa angolana (...) para que eu me consagre de corpo e alma pela libertação do meu país (N’ganga, 2008, p.128)

Savimbi parte para a China em companhia de 11 outros discípulos onde recebem em Nanquim e Pequim preparação política e militar, voltado para a guerrilha, pois, estava consagrado o princípio de que todo o dirigente da futura organização deveria assumir o compromisso inalienável de participar na luta, no interior do país. De regresso a Angola em 1966, funda a 13 de Março a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, Partido Político armado do qual viria a ser Presidente; General Militar e, Comandante-Chefe das FALA (Forças Armadas para a Libertação de Angola), seu braço armado.

Em Setembro de 1966, consolidada a mobilização de um exército capaz, ataca o posto fronteiriço de Kanhungula; a 4 de Dezembro, o posto de Kassamba; a 25 de Dezembro, a Vila Teixeira de Sousa – todos estes ataques, contra o colonialismo português.

De 1974 a 1975, depois do 11 de Novembro deste último, data da Independência, proclamada por Agostinho Neto, Presidente do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) e primeiro presidente de Angola, dadas as traições, intrigas, calúnias e atentados entre os três partidos, ora conhecidos – Savimbi e Holden Roberto foram positivamente escorraçados pelo MPLA, tendo por exemplo em Agosto de 1975, para além de outros episódios anteriores, sido

mortos setecentos militares da UNITA, quando se retiravam de Luanda, (...) no conhecido “massacre do Dondo, na ponte sobre o rio Kwanza. Em face disto, o país ficou claramente dividido em zonas: o norte litoral sob o controlo do MPLA, o sul da UNITA e o norte interior da FNLA.

A guerra generalizou-se e tornou-se feroz após a independência até 1992, com a assinatura dos acordos de paz de Bicesse, que viriam a durar não mais do que dois anos, pois, Savimbi regressa à guerra, após as contestadas eleições de 1992.

Savimbi tombou heroicamente em combate, coincidentemente, na mesma região onde viu fundar o Movimento (Leste de Angola) que durante toda a vida comandou, a 22 de Fevereiro de 2002.

George Smith Patton, Jr. nasceu a 11 de Novembro de 1885 em São Gabriel, Califórnia, nos Estados Unidos da América. Patton é descendente de uma família de história e tradição militares, o que lhe permitiu desenvolver uma inclinação descomunal para a guerra desde tenra idade, com interesse particular pela guerra civil americana (Colbert, s/d)¹⁶.

Formou-se na Academia Militar de West Point e cedo, no prosseguimento da sua graduação militar, se envolveu na Primeira Guerra Mundial. (Id.)

Os Estados Unidos entraram para a Primeira Guerra Mundial em 1916 com John J. Pershing Comandante das Forças Expedicionárias Americanas. George Patton pediu para se juntar à equipe de J. Pershing e foi promovido a capitão em 15 de Maio de 1917, partindo para a Europa em 28 de Maio entre os 180 homens do grupo avançado de Pershing que chegou a Liverpool no dia 8 de Junho. Tomado como assessor pessoal de John Pershing, supervisionou o treino das tropas americanas em Paris, até Setembro daquele ano. Em seguida, mudou-se para Chaumont onde lhe foi atribuído um posto de ajudante, auxiliando a empresa sede a supervisionar a base. Patton estava insatisfeito com o cargo e começou a interessar-se por tanques, assim J. Pershing deu-lhe o comando de um batalhão de infantaria.

Em 10 de Novembro de 1917, Patton foi nomeado para estabelecer a Escola de Combate Leve das Forças Expedicionárias Americanas e foi promovido a major a 26 de Janeiro de 1918.

George Patton treinou tripulações de tanques para operar em apoio de infantaria e foi promovido a tenente-coronel a 3 de Abril de 1918, e frequentou o Colégio Maior de Generais do Comando do Exército dos Estados Unidos em Langres.

Em Agosto de 1918, foi colocado no comando da 1ª Brigada Provisória de Tanques (renomeada Brigada de Tanques 304): a 6 de Novembro de 1918, George Patton supervisionou pessoalmente a logística dos tanques de sua brigada no seu primeiro uso em combate por forças norte-

¹⁶

http://psychology.tcd.ie/spj/past_issues/issue01/Empirical%20Studies/AN%20ANALYSIS%20OF%20DISCOURSE%20USED%20BY%20GENERAL%20PATTON.pdf Acesso, 21-06-2016

americanas, e reconheceu áreas-alvo para seu primeiro ataque próprio. Patton ordenou que durante as batalhas nenhum tanque dos Estados Unidos fosse entregue. Durante a batalha de Saint-Mihiel, estava no comando de tanques Renault FT tripulados por americanos, ao lado dos 275 tanques com as tropas francesas. A batalha cessou em 15 de Setembro de 1918 com os americanos e franceses vitoriosos. A audácia de comandantes como Patton, que lideravam seus homens ficando na linha de frente, influenciou de forma primordial o resultado da batalha. A brigada de Patton foi deslocada pelo general Pershing para auxiliar os americanos na Argonne. Liderou pessoalmente uma tropa de tanques entre a névoa espessa em linhas alemãs, George Patton foi ferido na coxa esquerda enquanto liderava seis homens e um tanque a um ataque contra metralhadoras alemãs perto da cidade de Cheppy.

Ainda durante o confronto, Patton comandou a batalha, a partir de um buraco por mais uma hora antes de ser evacuado por conta do ferimento. Ainda parou num posto de comando para apresentar o seu relatório, antes de ir para um hospital. Mais tarde foi condecorado com a Cruz de Serviços Distintos.

Enquanto recuperava de seu ferimento na coxa, Patton foi promovido a Coronel do Corpo de Tanques do Exército Nacional Americano em 17 de outubro. Ele voltou ao dever a 28 de outubro, mas não viu nenhuma ação adicional e seus esforços terminaram com o armistício de 11 de Novembro de 1918.

No final da guerra, Patton havia adquirido duas condecorações: A *Cruz de Serviços Distintos* pelo seu trabalho em Cheppy e a *Medalha de Serviços Distintos* por sua liderança na escola de brigada e tanques. A guerra também lhe deu outra condecoração, o *Coração de Púrpura*, esse criado apenas em 1932, premiava heróis que morriam ou eram feridos em combate.

Em julho de 1942, o presidente americano Franklin Roosevelt e o primeiro-ministro britânico Winston Churchill decidiram que os aliados deveriam abrir uma segunda frente de batalha. A intenção era dividir as atenções do exército nazista e ajudar a União Soviética. Estaline queria uma segunda frente na Europa, mas Roosevelt e Churchill preferiram começar pelo norte da África. O comando ficou com Dwight Eisenhower.

O general Patton não era um sujeito que podia dispensar uma briga de proporções inimagináveis. Ele dominava uma novidade no cenário de batalhas: a artilharia motorizada. Quando os Estados Unidos entraram em campo, dois anos depois do início da guerra, o general, companheiro dos tempos de caserna e comandante supremo dos aliados – convocou-o imediatamente. Eisenhower sabia que Patton estava entre os poucos homens do mundo capazes de manobrar um exército de tanques blindados. A estreia do general não foi decepcionante. Em novembro de 1942, sob sua liderança, Marrocos, Argélia e boa parte da Tunísia foram libertados. O general alemão Erwin Rommel e seu famoso agrupamento de Panzers Afrika Korps ficaram encurralados em Tunis,

que caiu em Maio de 1943, deixando um saldo de aproximadamente 200 mil soldados alemães como prisioneiros¹⁷.

Após a vitória na Europa, depois de lhe ter sido recusado um comando no Pacífico e desiludido com o seu cargo de governador da Baviera, Patton assume um comportamento cada vez mais errático, falando repetidamente num futuro confronto entre os EUA e a URSS (Rússia). Recebe ordens para regressar aos Estados Unidos mas a 9 de Dezembro de 1945, um dia antes da partida, é vítima de um acidente de viação do qual vem a falecer duas semanas depois. Durante os 46 anos da sua carreira Patton entrou por diversas vezes em conflito com os seus superiores hierárquicos e esteve na origem de vários escândalos devido ao desprezo pela condição humana dos soldados. Todavia, ficaram para a história as suas reconhecidas qualidades de tático brilhante, de agressividade e capacidade de liderança que lhe valeram a alcunha de “velho sangue e tripas” (Robalo e Mata, 2020, p. 103).

3.2 Organização e Culturas Militares

Desde a sua conceção, a Cultura é o constructo que mais suscitou teorias diferenciadas, dada a sua complexidade. E.F. Tylor definia a cultura como sendo “um conjunto que compreende os conhecimentos, crenças, arte, o direito, a moral, os costumes e todas as outras aptidões e hábitos que o homem, enquanto membro de uma sociedade, adquire. Já Bronislaw Malinowski (apud. 1944, p.44) define-a como o todo integral que compõe os instrumentos e os bens de consumo, as castas constitutivas dos vários reagrupamentos sociais, as ideias, artes crenças e costumes.

A cultura militar é então o conhecimento do complexo de hábitos, crenças, símbolos, arte e outros atributos que a guerra comporta e impõe. A cultura militar atinge-se com um entendimento profundo do vasto campo de batalha que começa com a dimensão pessoal e o autodomínio, tanto na vitória como na derrota.

Assim sendo, o primeiro e talvez o mais importante pressuposto para que a cultura militar supere os obstáculos da carreira é a Organização.

O exército não é uma massa, nem um público qualquer; é um movimento pois, tem um objetivo único, pelo qual luta até ao último sacrifício se necessário.

O papel social de militar alcança-se cumpridas as várias fases de socialização: recruta, especialização e o exercício da missão, que constituem fontes dignas de aquisição das várias culturas que o exército requer na qualidade de uma Organização. São estas fases de (re)socialização que tornam os homens perseverantes, obedientes, obstinadas, corajosos, submissos, respeitadores de princípios, seguros e confiantes. Garbraith (2007:77) considera a organização a terceira das fontes do poder, existe normalmente associada à propriedade e, em

¹⁷ Extractos de https://pt.wikipedia.org/wiki/George_S._Patton 22-06-2016

maior ou menor medida, à personalidade. No entanto, é mais importante do que qualquer uma delas e cada vez mais nos tempos modernos [...] pois que, a personalidade e à propriedade só têm efeito com o apoio da organização. Na elevação da cultura militar, a organização é primordial, ela é a maior fonte de carisma das altas patentes do exército, enquanto comandantes. A organização, incluindo a manifestada no Governo, é a principal fonte de todo o poder (apud, Gabraith, 2007:77).

Um exército é de *per se*, uma Organização, considera o mesmo autor; possui uma forte estrutura interna que confere a cada homem o seu lugar e autoridade bem determinados; exige dos seus membros um elevado nível de obediência – de submissão. É dos que impressiona, assusta ou conquista e domina externamente.

3.3 Comunicação Intercultural entre os diferentes âmbitos militares.

A formação ou socialização militar é uma política educativa que envolve na primeira instância instruendos/recrutas e instrutores. O objetivo principal desta instrução é a iniciação dos recrutas no domínio da técnica e tática militares. Como educação, Marques (2003:52), diz que, a política educativa deve dar primazia à abordagem intercultural, sobretudo por ser ela que comporta uma relativização positiva, com convite à tolerância, uma tomada de consciência do indivíduo enquanto tal, uma reivindicação do “direito à diferença”. As interculturalidades, na prática, ocorrem na comunicação e na interação cultural, mas também nas relações económicas, no entendimento e no conflito religioso, na convivência intergeracional, na ação dos media, nas práticas de saúde¹⁸. Para além de um diálogo vertical descendente complexo, dada a tecnicidade resultante da diferença cultural entre os instrutores e outros líderes, existe entre os pares profundas diferenças culturais que inibem a comunicação fluída, tanto para a simples comunicação como para as aquisições e exercitações e aplicações dos novos conhecimentos. No entanto, o exército como instituição deve encontrar uma política para fazer fluir a comunicação, não obstante a diferença. É nesta perspetiva que Simmel funda duas valências fundamentais do processo cultural: a primeira é a de que a cultura assenta na negociação da diferença; a segunda é a de que o contacto com o diferente não conduz necessariamente a uma resolução pacífica, e que é afinal na colisão com o distinto que radica o princípio da identidade¹⁹.

Virgílio Alvarado (apud. D’Ávila Lopes, 2012:69) distingue claramente que, enquanto o Multiculturalismo propugna a coexistência num mesmo espaço social de culturas diferentes sob o princípio da tolerância e do respeito, a Interculturalidade pressupõe como inevitável a interação entre essas culturas e propõe um projeto político capaz de estabelecer um diálogo entre elas, como forma de garantir uma real convivência pacífica.

¹⁸ http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/4_PI_Cap2.pdf Acesso 15-07-2015

¹⁹ Ibidem.

Graças à este projeto político é possível manter a cultura militar intacta e inalterável com recorrência a doutrina da integração cultural, proposta por Carmo (2007:241), arrancada do pressuposto mais generoso da igualdade do género humano, que defende que no mesmo espaço, todas as culturas devem misturar-se e transformar-se numa que delas resulte, *melting pot*.

3.4 A Língua e Linguagem da Guerra: Ao encontro das Sociedades Militares

"A guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis; explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático". (Aron, 1939:11)

A linguagem da guerra até uma percepção mais profunda e consolidada é a morte e a violência que se manifesta com a violência direta, a privação de necessidades básicas, a privação de liberdade e alienação, violação estrutural (de Galtung) e violação do meio ambiente (apud. Oliveira, 2009:70).

A língua, como sistema de comunicação expressa pelo oral ou pelo escrito que serve como objeto de comunicação entre as pessoas que constituem determinada comunidade linguística constitui o primeiro instrumento de uso indispensável para a realização da guerra.

A princípio, a língua militar situa-se entre as línguas artificiais, já que foi criada para fins específicos de comunicação militar. Reis (2006:42) define língua artificial como sendo todo o sistema de signos criados para serem usados nas esferas em que o uso de uma língua natural é menos eficaz ou impossível. Por motivos estratégicos, operacionais ou circunstanciais os militares escolhem uma língua natural, com a qual todos se podem comunicar sem limitações objetivamente substituída em situações pontuais pela linguagem gestual, sinais ou mímicas previamente elaborados. No caso angolano, por exemplo, a UNITA elegeu a língua local Umbundu, para servir-lhe de língua de comunicação militar acrescentando-lhe somente alguns vocábulos técnicos da guerra, enquanto o MPLA servia-se do português. Mas a linguagem militar é mais do que este "arranjo", até porque é uma língua artificial especializada, já que adota linguagens tipicamente militar. No caso acabado de mencionar, caso angolano, na UNITA há uma interação saudável entre o Umbundu e as várias terminologias militares que fazem do todo um *melting-pot* interessante, tornando especializada a resultante língua militar.

Na guerra adotam-se várias linguagens para manter a comunicação viável, dependentemente da posição, localização e contexto dos sujeitos em missão militar. Para além de que o discurso oral militar deve dispor de indubitável entoação por ser "essencial, por ela desempenhar "[...] uma função chave na produção e interpretação de sequências discursivas" e ser usada "para transmitirmos sentidos e produzirmos efeitos"(apud. Duarte e Rodrigues, 2003:190). Nas

condições em que não existe condições do uso do discurso verbal há uma intensa utilização do discurso não-verbal: os sinais com os braços, mãos, dedos das mãos, olhares, franzires da testa, enfim, o todo corporal e os objetos nele expostos dependentemente da especialidade militar em que o comunicador se enquadra.

3.5 Ao Encontro das Sociedades Militares: Comunicação Ascendente e Descendente

As sociedades Militares, assim entendidas pelas várias especialidades que comporta o exercício militar, possuem uma dinâmica complexa de intervenção que vem sendo facilitada pela integração de diversos intercâmbios multiculturais que, para servirem no todo o objetivo primário do exército – a defesa e segurança da nação –, esbatem as tendências globais e criam uma identidade cultural própria que se adequa aos objetivos da organização. A disciplina militar solicita a subordinação e esta, no exército, alimenta o fortalecimento da autonomia de todos os participantes, mediante a atribuição de capacidades que permitam a interação, sem prejuízo da identidade pessoal ou coletiva (Rivière, Coord. 2009:10).

A comunicação militar flui mais de cima para baixo (comunicação descendente), dado o seu carácter de hierarquização. O estratega, diz Rieffel (2003), procura a eficácia, a racionalidade, indo direto ao objetivo. Os fuzileiros navais americanos, por exemplo, colocam na primeira instância o líder sénior na elaboração da estratégia. *“Marines will find themselves working for senior leaders who participate directly in the development of strategy. Such leaders need subordinates who understand their requirements and the environment they work in”* (AAVV, 1997:4).

Embora todos estejam completamente engajados na execução da estratégia, porquanto aprendida, cabe ao líder orientar. O líder militar, general, exerce um poder condigno²⁰ que possui uma antiga e estabelecida relação com o castigo físico – com a prisão em várias condições degradáveis ou com o ato de infligir a dor, mutilação, outra tortura imaginosa ou a morte (...) multas, expropriações de propriedades, censura verbal e condenação manifesta dos outros indivíduos ou pela sua comunidade. É por causa deste poder que o desconhecido diz que a “ordem do chefe é uma lâmina, cumpre-se, não se reivindica” (Calbraith, 2007:31-32). É uma forma de «tirania» no grupo.

Desta forma a comunicação, parece sempre vir de cima, seja em contexto de recruta, treino dos cadetes ou na linha de frente. Os olhos e ouvidos dos soldados estão direcionados para o comandante que comunica na voz ativa, (em parada, sala de aulas, campo de treino, ou campo de batalha) ou por sinais ou mímicas (na superação de obstáculos, penetrações nas posições

²⁰ Calbraith (2007, p. 31): “A diferença entre o poder condigno e compensatório é a diferença entre a recompensa negativa e afirmativa. O poder condigno ameaça o individuo com qualquer coisa penosa de modo que este renuncia a sua própria vontade ou preferência para o evitar. O poder compensatório oferece ao individuo uma recompensa ou pagamento (...)”

inimigas). Na comunicação militar, no sentido ativo da palavra, pouco se ouve do subordinado para o chefe, salvo: Sim, meu Comandante! Sim, meu General! “Yes, Sir!”

A hierarquia no exército é «sagrada», por causa da necessidade de organização que requer um exercício de poder condigno. O chefe é chefe desde que tenha um grau a mais e em funções militares. Este pressuposto faz com que a comunicação no exército seja objeto de insinuações que negam a existência de diálogo, pois aparentemente só o chefe subjuga o subordinado, ou seja, no final ganha o chefe e perde o subordinado (final perde/ganha)²¹. Todavia, como o diálogo militar pretende ser a comunicação, o chefe precisa de certificar-se de que o que vai partilhar com os subordinados foi previamente analisado e tem fundamentos teóricos e práticos para dar certo, ou seja, vai informar, conquistar, convencer, discutir ou, simplesmente, divertir. Assim, o subordinado responde “sim meu General” convicto de que é o que falta para fechar o diálogo com «chave de ouro», isto é, no final ganha/ganha. Ganha o general e ganha o subordinado.

No entanto, Robert Watson é citado em Martins como tendo considerado que não era a fala *per se* que despertava maior interesse nas pessoas “as palavras não passam de simples acessórios, e que os sentimentos expressos no tom da voz, no olhar e no gesto, estes sim, são capazes de tocar o coração das pessoas, são capazes de criar o ambiente necessário para uma interação feliz e eficaz²².” O mesmo autor demonstra que a opinião que formamos sobre outras pessoas é definida assim: 55% - pelos aspetos visuais; 38% - pela maneira de falar; 7% - pelo conteúdo da fala.

O conceito de comunicação militar, para além do todo exposto acima, compreende também a superação de todas as dificuldades e problemas impostos pelas circunstâncias, tempo, espaço e meio em uso. Por isso, para debelar a infinidade de dificuldades ao transmitir discurso oral em ambientes conturbados, a comunicação militar comporta um vasto leque de sinais, gestos, mímicas, onomatopeias etc, aplicáveis em cada situação “específica”. Por exemplo, na tentativa de penetração em base militar inimiga, os militares envolvidos farão recurso à comunicação gestual, previamente assimilada.

O discurso Militar pronunciado por Generais ocorre em dois ambientes controversos: umas vezes realiza-se face-a-face (em parada, na sala de aulas, no campo de treinos ou no gabinete do comandante etc.), combinando gestos com a palavra: outras vezes na frente de combate ouve-se a voz de comando: “Avancem...” “acabem com eles...” e os gestos – mão estendida, ora com punho cerrado, ou aberta com os dedos, dando significados vários. Os enunciados mesmo em parada, geralmente são transmitidos de forma muito precisa, clara e altiva. O discurso do Gen. Savimbi mesmo no maior dos desesperos pessoal é algo altivo:

²¹ MARTINS, L.C. A Arte de Conversar: Técnicas para Argumentar e Convencer – Luiz_Carlos_Martins-A_Arte_de_Conversar.pdf. Acesso 10-05-2015

²² Ibidem

“Olhem bem para mim, aqueles que não querem entender nada” [...] “Contudo, prefiro entregar as armas e morrer logo a seguir.” (...) Não há, na história, exemplos de generais que desarmaram a sua tropa para depois prosseguirem na sua carreira” (Muekalia, 2010, pp. 300-301).

Para além da linguagem propriamente dita, o exército é rigoroso no que concerne a todos elementos da paralinguagem. No exército, tudo fala. Tem-se em conta que a indumentária correta gera confiança, por isso, determinado efetivo militar pode ser punido com certa severidade por não ter a bota devidamente atacada, por ter uma mancha na farda, por ter cabelo por tratar etc. O caminhar, a postura são outras exigências entendidas como paralinguagens que efetivos militares devem treinar e expressar ativamente. O General é, digamos, o «último» grau operacional das chefias militares, por isso, supõe a mais alta hierarquia a nível profissional. Há porém, em muitos casos, talvez dadas as circunstâncias e exigências do exército, um défice sustentável de sobriedade no aspeto e recorrência a gestos suaves.

3.6 O Rosto dos discursos dos Gen. Patton e Savimbi: Nota Introdutória

Não é demais lembrar que os discursos que pretendemos estudar são de APM. Nas suas alocações, os Generais, em primeiro lugar, impregnam qualquer uma destas tendências: informar, persuadir, motivar, ordenar etc.; e em segundo lugar usam de todas as suas competências linguísticas, discursivas, argumentativas e, sobretudo, coerência para incrustar o seu discurso nos subordinados para que estes se revejam no desejo do chefe.

Há um conjunto de conceitos que as APM gerenciam com consciência, ou sem ela, quando manipulam o discurso junto dos seus exércitos: argumentam para convencer e persuadir.

Abreu disse que, etimologicamente, convencer significava vencer junto com o outro (com + vencer) e não contra o outro, enquanto persuadir era saber gerenciar relação, era falar à emoção do outro. A origem dessa palavra estava ligada à preposição *per*, ”por meio de” e a Suada, deusa romana da persuasão. Abreu defendia que, convencer era construir algo no campo das ideias, ou seja, quando convencemos alguém, esse (alguém) passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse realiza algo que desejamos que ele realize. É exatamente à volta destes conceitos que o discurso das APM gira. O líder altamente eficiente domina a arte de convencer e atingir os objetivos designados pelo discurso, quer seja informar, persuadir, motivar, ou dirigir (Leane, 2009, p.107). Para o uso consciente ou inconsciente, mas pelo menos seguro e bom, destes conceitos preparam-se os homens para os dominarem convenientemente durante longo tempo. O pacote de informação pragmática requer uma vida “inteira” de aprendizagem, socialização e ressocialização de cada indivíduo interessado numa comunicação fluída e perceptível. O exército é o ramo focal, onde a comunicação incomparavelmente tem primazia tanto para construir a

vitória, assim como estudar estratégias de manobra, ataque, ciladas e perseguição ao inimigo. Mas é pela sua utilidade que todo este pacote discursivo conhecido no exército sofre maiores interferências do que as naturalmente conhecidas como ruídos da linguagem: “... *many military situations involve difficult acoustic and mechanical environments such as high and variable noise, vibration and g-force levels*” (AAVV, 2005, p.1-1). A dificuldade imposta pelos ruídos vários sobre o discurso militar não devem inviabilizar de modo nenhum as ações militares, por isso, como referimos anteriormente, o discurso puramente verbal deve paralelamente ser seguido pelo paralinguístico (não verbal), de modo a construir-se um *continuum* comunicativo que supera as dificuldades externas ou internas impostas à comunicação.

Mas, no final, os discursos destes dois Generais pretendem sobretudo motivar, embora outras vezes pretendam informar, persuadir ou dirigir, pois motivar é, por assim dizer, a chave que o líder tem para abrir portas de outras tendências que o levam a vitória.

Neste texto, serão analisados, «extratos» de dois discursos orais, ortograficamente transcritos:

Gen. George Smith Patton, Jr. adepto e entusiasta da guerra, extraído da obra intitulada “50 Discursos da História” de Robalo & Mata, 2010 pp.103-108.

Gen. Jonas Malheiro Savimbi, também Presidente da UNITA em Angola; extraído de “A Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia” de Jardo Muecália, 2010, pp.300-301

3.6.1 Discurso às Tropas antes do Dia D General George Smith Patton, Jr. (T1)

Podem sentar.

Rapazes, essa história que algumas fontes andam para aí a espalhar, acerca da América querer ficar fora desta guerra, de não querer combater, é uma treta do caraças. Os Americanos sempre adoraram combater. Todos os verdadeiros americanos adoram o fragor da batalha. Os americanos adoram um vencedor. Os americanos não toleram um vencido. Os americanos desprezam os cobardes. Os americanos jogam para ganhar. É por isso que os americanos nunca perderam nem nunca perderão uma guerra.

Nem todos vocês vão morrer. Apenas dois por cento dos que estão aqui seriam mortos numa grande batalha. A morte não deve ser temida. A seu tempo, a morte vem ter com todos nós. E todos os homens têm medo na sua primeira batalha. Quem disser o contrário, é um raio de um aldrabão. Alguns são cobardes, mas combatem do mesmo modo que os corajosos ou então levam um enxerto de homens que estão com tanto medo como eles. Lembrem-se de que o inimigo está tão aterrorizado como vocês, ou talvez mais ainda. Eles não são nenhuns super-homens.

O verdadeiro herói é o homem que combate, apesar de ter medo. Alguns superam o medo passado um minuto debaixo do fogo, outros levam uma hora e alguns precisam até de vários dias, mas um verdadeiro homem nunca deixará que o medo da morte se sobreponha à sua honra e ao seu sentido de dever para com o seu país e a sua masculinidade.

Durante a vossa carreira militar, vocês têm-se queixado daquilo a que chamam de «treino de treta». Esse «treino de treta», como tudo o mais no exército, tem o seu propósito. Esse propósito é um estado de alerta. O estado de alerta tem de impregnar cada soldado. Um homem tem de estar permanentemente alerta, se pretende sobreviver. Se não estiverem alerta, um filho-da-puta dum alemão vai esgueirar-se por trás de vocês e espancar-vos até à morte com uma meia cheia de merda! Algures na Sicília, estão quatrocentas campas, devidamente assinaladas, e todas elas estão ali porquê alguém decidiu dormir em serviço. Mas são campas alemães, porque somos nós que apanhamos os sacanas a dormir.

Um exército é uma equipa. Vive, dorme, come e luta em equipa. Essa conversa de herói individual é uma grande treta. Os sacanas dos choninhas que escrevem esse tipo de tretas para o Saturday Evening Post sabem tanto de combate como de foda! Nós temos a melhor comida, o melhor equipamento, o moral mais elevado e os melhores homens do mundo. Ai, meu Deus! Eu até tenho pena dos filhos-da-puta que vamos atacar.

Os meus homens não se rendem, e não quero ouvir dizer que um soldado sob meu comando foi capturado, a menos que tenha sido atingido. Mesmo que tenham sido atingidos, vocês podem ripostar. O tipo de homem que quero sob meu comando é como aquele tenente na Líbia, que, com um Luger encostado ao peito, tirou de repente o capacete, afastou a arma para o lado com a outra mão e arrumou o boche com um capacete. Depois apanhou rapidamente a arma e ainda matou o outro alemão, antes de eles perceberem que raio é que estava a acontecer. E durante todo o tempo, o gajo tinha uma bala alojada no pulmão. Aquilo é que era um homem a sério!

Cada um dos homens deste exército tem uma tarefa a cumprir e tem de cumpri-la. Cada homem é um elo vital da grande cadeia. E se cada condutor de camião decidisse de repente que não gostava de projeteis a assobiarem-lhe por cima da cabeça, se acagaçasse e se atirasse de cabeça para a primeira valeta? O estupor do cobardola iria certamente pensar «Porra, ninguém vai dar pela minha falta, sou apenas um no meio de milhares». E se toda a gente tivesse pensado da mesma maneira? Onde raio é que estaríamos agora? Como estariam o nosso país, os nossos entes queridos, os nossos lares e até o mundo? Não, chiça, os americanos não pensam assim. Cada homem cumpre o seu dever e serve o todo. Os do aprovisionamento são necessários para fornecer as armas e as máquinas de guerra para nos manter em ação. Os despenseiros são necessários para fornecerem comida e roupas, porque no sítio para onde vamos não há muito que roubar. Todos os homens da cozinha têm tarefa a cumprir, até aquele que nos serve a água para não apanharmos uma valente caganeira. Cada homem tem que pensar não só em si próprio, mas também no camarada que combate ao seu lado.

Um dos tipos mais corajosos que já encontrei foi um tipo que estava empoleirado num poste de telégrafo, na Tunísia, no meio de um intenso tiroteio. Parei momentaneamente, para lhe perguntar que raio estava a fazer lá em cima numa altura daquelas. Ele respondeu: «Estou arranjar o cabo, senhor». Perguntei-lhe: «Não achas que é um pouco perigoso fazer isto agora?» E ele respondeu: «Não, senhor, o senhor é que me está a incomodar, e não é pouco!».

Aquilo é que era um verdadeiro homem. Um verdadeiro soldado. Um homem que dedicava tudo ao seu dever, por mais insignificante que ele pudesse parecer na altura, independentemente das dificuldades. E vocês deviam ter visto aqueles camiões ao longo da estrada para a Tunísia. Os condutores eram formidáveis. Rodavam noite e dia por aquelas estradas filhos-da-puta, nunca parando, nunca se desviando do seu rumo, com obuses a rebentar permanentemente à sua volta. O que nos aguentou foi a boa coragem americana. Muitos daqueles homens conduziram ininterruptamente durante mais de quarenta horas. Não eram combatentes, mas eram soldados e tinham uma missão a cumprir. Pois, cumpriram-na, e como! Faziam parte de uma equipa. Sem esforço de equipa, sem eles, teríamos perdido o combate. Todos os elos da cadeia trabalharam em harmonia e a cadeia tornou-se inquebrável.

Lembrem-se, rapazes, vocês não sabem que eu estou aqui. Não de haver nenhuma referencia ao facto em nenhuma carta. O mundo não deve saber que raio é que me aconteceu. Não é suposto que eu esteja no comando deste exército. Vamos fazer com que os primeiros a saber sejam os sacanas dos alemães. Queremos ir para lá o mais depressa possível. Quanto mais depressa limparmos esta porcaria, mais depressa poderemos ir fazer uma visitinha aos mijões dos japuças e limpar-lhes também o ninho. Antes que os sacanas dos fuzileiros fiquem com os louros todos.

É claro que queremos regressar a casa. Queremos que esta guerra acabe. A maneira mais rápida de acabar é dar cabo dos cabrões que a começaram. Quanto mais depressa levarem um enxerto, mais depressa poderemos regressar a casa. O caminho mais curto para casa passa por Berlim e Tóquio. E quando chegarmos a Berlim, eu próprio vou dar um tiro no pintor de paredes, o filho-da-puta do Hitler, como se estivesse a matar uma cobra!

Quando um homem se esconde numa cratera e fica lá o dia todo, acaba por ser apanhado por um alemão. Nem pensar! Nem pensar, admitir isso! Os meus homens não escavam abrigos. Não quero que o façam. Os abrigos só servem para abrandar uma ofensiva. Avancem sempre. E também não deem tempo ao inimigo para escavar os abrigos dele. Vamos ganhar esta guerra, mas só vamos ganhá-la a combater e a mostrar aos alemães que somos mais corajosos do que eles são ou virão alguma vez a ser.

A guerra é sangrenta, mortífera. Vocês têm que derramar o sangue deles, senão derramam eles o vosso. Abram-lhes a barriga. Acertem-lhes nas tripas. Quando os projeteis choverem à vossa volta e vocês ao limparem o rosto de sujidade, descobrirem que em vez de sujidade é sangue e as tripas do vosso melhor amigo, nesse momento, vocês vão saber o que fazer.

Não quero receber mensagens do tipo «Estou a aguentar a minha posição». Nós não vamos aguentar porra nenhuma. Os alemães que aguentem. Nós vamos avançar constantemente e não estamos interessados em conservar nem em agarrar-nos a nada, a não ser aos tomates do inimigo. Vamos estar a torcer-lhes os tomates e continuar avançar, não importa se por cima, por baixo, ou através de linhas do inimigo.

De vez em quando vão haver algumas queixas de que estamos a exigir demasiados esforços nossos homens. Estou-me nas tintas para essas queixas. Acredito na velha e sábia regra que diz que uma onça de suor poupa um galão de sangue. Quanto maior for o nosso esforço, mais

alemães mataremos. Quanto mais alemães matarmos, menos dos nossos serão mortos. Mas esforços, significa menos baixas. Quero que todos vocês se recordem disto.

Há uma coisa muito importante que vocês vão poder dizer, quanto a guerra tiver acabada e estiverem novamente em casa. Daqui a vinte anos, quando estiverem sentados a lareira com o vosso neto sentado no joelho e ele perguntar o que é que vocês fizeram na grande Segunda Guerra Mundial, vão sentir-se gratos por não ter de o sentar no outro joelho, tossir e dizer: «Bom o avô acartava bosta à prazada, no Luisiana». Não, senhor, vão olha-lo diretamente nos olhos e dizer: «Filho, o avô esteve no Grande 3º Exército, com um raio de um filho de uma grande puta chamado Georgie Patton!»

Tenho dito.

(Robalo e Mata, 2010, pp.103-107)

4.6.2 Um Discurso Preocupante: Jonas Malheiro Savimbi a 13 de Março de 1996 (T2)

Houve erros que aceito reconhecer quando celebramos o 30º aniversário do nosso Partido. O maior dos nossos erros foi termos aceitado assinar o acordo de 1991. É um erro que assumo. A UNITA tinha, na altura, condições para prosseguir vitoriosamente o combate. É um erro que assumo plenamente. Em 1992 também houve erros, mas fui eu, quem, em Outubro de 1993, conveceu a direção da UNITA a aceitar os resultados eleitorais [...] Há camaradas que falam mal de mim aqui no Bailundo e se alguém achar que é mais capaz do que eu que o diga aqui. Eu tomei aquela decisão porque tinha os olhos fitos num horizonte de paz e de estabilidade para que os angolanos tenham um futuro melhor. Não foi um erro, termos aceitado os resultados eleitorais, nem foi um erro termos assinado o protocolo de Lusaka [...]. Neste momento, estou a negociar uma das curvas mais apertadas da história da UNITA. Aquartelar as tropas não é um problema. Porém desarma-las, isto sim, é um problema. Há trinta anos que lutamos com os nossos camaradas. O objetivo é formar um exército único. Não é apenas um dever patriótico mas é, também, um dever político. Devo desarmar. Olhem bem para mim, aqueles que não querem entender nada; aqueles que não fazem mais nada se não criticar, aqueles que só querem ser negativos. Savimbi disse: “Entregai as vossas armas” [...]. Contudo, prefiro entregar as armas e morrer logo a seguir. A minha vida perde sentido depois de entregar as armas. Não fui programado para presidente. A minha carreira termina. Vim aqui par vos dizer isto e que ninguém parta daqui com dúvidas. Vou cumprir com o meu dever, mas sabeis que já não sirvo para nada depois do vosso desarmamento. A maior dor que sinto neste momento, como dirigente da UNITA, é ter que desarmar a tropa. Não há na história exemplos de generais que desarmaram a sua tropa para depois prosseguirem a sua carreira. [...] Não tenho possibilidade nenhuma de sobreviver ao desarmamento da UNITA. É inútil [...] o desarmamento é o problema mais doloroso da minha consciência. Passo noites sem dormir pensando nos jovens e velhos que, hoje, têm esperança em dias melhores. Não fugirei as minhas responsabilidades, mas nunca encontrei um único sinal de reconhecimento da parte da comunidade internacional. Ainda me tratam como um bandido e não recebo se não críticas. Quem pensa que se pode desarmar 18000 homens em

dez dias? É preciso ter em conta aquele que paga o preço maior para a paz. É aquele que entrega o seu exército que paga o preço mais alto. Se isto for entendido haverá uma manhã melhor [...] Devemos ir tão longe quanto possível mas tao devagar quanto aconselha a prudência. Angolanos, podeis contar comigo. Savimbi está convosco.

(Muekalia, 2010, pp. 300-301)

3.7 Análise e Caracterização

3.7.1 Contextualização

O GS e o GP são dois generais que desenvolveram o seu discurso militar dentro de contextos diferentes.

A vida juvenil de Patton foi atravessada por um período conturbado da história mundial (I guerra Mundial) que lhe permitiu exercitar-se nas já não escassas aptidões militares herdadas da família e mantidas com a academia e ao serviço do exército americano. Patton atravessa ativo as duas grandes guerras. Com um desempenho extraordinário, ao entrar para o exército americano, Patton, graças às suas aptidões, dedicação, bravura, espírito de iniciativa e sacrifício, faz-se graduar rápida e regularmente durante a I GM, atingindo uma posição confortável. Como resultado, faz emergir, enquanto comandante na II GM, um discurso altamente eficiente, no qual as palavras pareciam escolhidas, mesmo as mais disparatadas. A II GM, complexa, que o torna conhecido nas contendas travadas no norte de África, na Sicília e no continente europeu (Robalo e Mata, 2010, p.104) e o coloca em posição de destaque para a conquista de Berlim, fá-lo um estratega geopolítico de craveira. A complexidade da guerra e a sua expansão fá-lo-ão desenvolver e usar de estratégias discursivas e comportamentais que “lhe valeram a alcunha de «velho sangue e tripas»” (Id.). Tal alcunha surge, pois, do seu discurso e das suas ações, na linha do inimigo, que viriam a ser conotadas com o desrespeito pela vida dos soldados. Entre estes, uns tinham-lhe uma grande admiração e outros, nem por isso, como podemos constatar em afirmações como:

“Não quero receber mensagens do tipo «estou a aguentar a minha posição». Nós não vamos aguentar porra nenhuma”.

O veterano de guerra não tolerava perdas de tempo para a reorganização do inimigo, nem que para isso desobedecesse a ordens superiores. Por isso, reafirmava que não pretendia “aguentar qualquer posição”, para reconfirmar a sua estratégia já antes anunciada.

“Nem pensar! “Nem pensar admitir isso! Os meus homens não cavam abrigos (...) os abrigos só servem para abrandar uma ofensiva” (Id.).

O General Patton ingressou desde cedo na academia militar e entrou para o exército convencional americano com convicção própria, o que lhe permitiu participar das duas grandes guerras como Comandante vencedor, temido pelos exércitos inimigos e capaz de montar estratégias de guerra em qualquer continente e país do mundo rumo à vitória.

Já o General Jonas Malheiro Savimbi, num outro ângulo contextual, desenvolveu habilidades de guerra, de guerrilha e de estratégia de um discurso militar servil, para uso nos “maquis”, de onde partiria em ofensivas para a derrota do colonialista português que infestava as cidades, o que materialmente o distingue das duas grandes guerras nas quais participou Patton. Por ter escolhido a guerrilha e o “maquis”, experimentava carências que o obrigavam a viver de improvisos, como a mobilização popular para substituir a força das máquinas, como a utilização da força humana no transporte do material de guerra e as deslocções em estradas por trilhos.

Jonas Savimbi começou o seu percurso nos gabinetes da FNLA, enquanto Secretário, e no GRAE (Governo Revolucionário Angolano no Exílio), enquanto Ministro das Relações Exteriores, mas o seu destino mesmo é aperfeiçoar as táticas militares de guerrilha na China para a rebelião armada, primeiro com o colonialista Português de 1966 à 1975 e depois numa guerra civil com o Governo constituído desde a independência em 1975. Apesar disso, e graças à sua capacidade de mobilização e persuasão, conseguiu aliados de peso que durante muito tempo o apoiaram tanto materialmente como diplomaticamente, tais como os EUA (Estados Unidos da América) e a África do Sul “racista”. A guerra foi tomando corpo e GS, devido a um discurso tricéfalo, dirigido para as massas para produzirem alimentos e transportarem o material já no interior, para as forças militares para levantar-lhes o moral de combate e, para o exterior, “susceptível de lhe dar um apoio diplomático indispensável a mobilização da opinião pública internacional” (2010, p.2008), declarou: “A Grã-Bretanha é o berço da democracia no velho continente e é por isso mesmo que a UNITA não pode compreender que apoie o totalitarismo em Angola”. Em 1991, é assinado o acordo de paz de Bicesse, que viria a ser considerado o maior dos erros cometidos pela UNITA, por Savimbi:

“O maior dos nossos erros foi termos aceitado o acordo de 1991 (...) a UNITA tinha na altura condições para prosseguir vitoriosamente o seu combate”.

Mas a guerra só viria conhecer o seu fim em 2002.

3.7.2 Discurso; Estratégias e Coerência Argumentativa dos Enunciados Discursivos

A guerra é um dos assuntos mais importantes do Estado. É o campo onde, a vida e a morte são determinadas. É o caminho da sobrevivência ou da desgraça de um Estado. Assim, o Estado deve examinar com muita atenção este assunto antes de buscar a guerra. (Tzu Sun).

Infelizmente, apesar de ser um instrumento fulcral da atividade militar, a par da escola, a comunicação oral, ou melhor a competência de receção e de produção de discursos orais não é feita de forma manifesta. O oral é apenas um instrumento para a aprendizagem de outras matérias, aliás a oralidade é o meio para alcançar outros objetivos do exercício militar. Já Duarte e Rodrigues²³ fizeram esta constatação em relação a escola considerando que parecia consensual a ideia de que a escola não desenvolvia nos alunos aquela competência, pelo menos não o fazia de forma intencional, programada e faseada. Um líder, porém, cria propositadamente estratégias que fazem prevalecer o seu discurso, como por exemplo, a repetição.

Shel Leanne diz que “a repetição faz valer... como um tema chave e um *slogan*, uma frase com impacto que reflete o tema que o orador quer que as pessoas recordem (Leane, 2009, pp.123-127). Os discursos dos GP e GS são em cada tópico cheios de repetições, como que para se fazer ouvir e perceber:

1. (a) Houve erros que aceito reconhecer O maior dos nossos erros foi termos aceitado assinar o acordo de 1991. É um erro que assumo. A UNITA tinha, na altura, condições para prosseguir vitoriosamente o combate. É um erro que assumo plenamente...
- (b) Os Americanos sempre adoraram combater. Todos os verdadeiros americanos adoram o fragor da batalha. Os americanos adoram um vencedor. Os americanos não toleram um vencido. Os americanos desprezam os cobardes. Os americanos jogam para ganhar. É por isso que os americanos nunca perderam nem nunca perderão uma guerra.
- (c) Olhem bem para mim, aqueles que não querem entender nada; aqueles que não fazem mais nada se não criticar, aqueles que só querem ser negativos.

Em 1 (a), Savimbi querendo justificar-se dos erros repete *erro*, sensivelmente uma vez em cada cinco palavras; assim como GP com Americanos relacionando-os com a vitória.

No emprego das repetições, Leane não tem dúvidas da eficácia da *conduplicatio*, que é a recorrência de uma palavra ou expressão colocada no começo de uma frase ou cláusula. A mesma autora considera que a anáfora que é a recorrência da mesma palavra, palavras ou expressões no princípio de sucessivas frases, expressões ou cláusulas, não fica atrás. São dois mecanismos excelentes para concentrar a atenção em palavras ou ideias-chave uma vez que estas ideias ou palavras são enfatizadas no princípio de cada uma das frases ou clausulas”- 1 (c).

Apesar de um discurso com tom arrogante, como temos vindo assinalar, característica de discursos dirigidos a auditórios vastos, GP e GS não leem textos escritos. “A informalidade (...) chega ao ponto de tratar o público a sua volta como pessoas comuns, agindo como se estivesse em uma conversa entre amigos, em um papo descontraído de mesa de bar²⁴”

²³ <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6704.pdf> consult. em 2014

²⁴ http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/monografia/abdul.pdf
Acesso, 02 de Junho, 2016

2. (a) Quanto mais depressa limparmos esta porcaria, mais depressa poderemos ir fazer uma visitinha aos mijões dos japuças e limpar-lhes também o ninho.

Os GP e GS são também mestres no uso das “famosas” perguntas retóricas, segundo Leane (2009, p. 108), “cujas respostas são óbvias e portanto não precisam de ser respondidas explicitamente pelo orador. Ajudam a dar ênfase a argumentos e a fixar a atenção em assuntos importantes”.

3. (a) Quem pensa que se podem desarmar 18000 homens em dez dias?
(b) «Porra, ninguém vai dar pela minha falta, sou apenas um no meio de milhares». E se toda a gente tivesse pensado da mesma maneira? Onde raio é que estaríamos agora?

Um outro de que APM não dispensam é a escolha de prioridade e concentrar-se nos temas. Leane afirma que “o orador eficiente compreende e não se esquece dos objetivos das suas afirmações – influenciar, informar, motivar a agir ou provocar a controvérsia”. O texto em análise de GS centra-se na “desgraça” que representa o *desarmamento* das tropas na sua visão enquanto GP do princípio ao fim do seu discurso motiva as tropas para agirem “Vocês têm que derramar o sangue deles, senão derramam eles o vosso. Abram-lhes a barriga. Acertem-lhes nas tripas”.

A discursos de APM cumprem no geral com a primeira perspetiva da sequência discursiva de Schiffrin, (1981) citada em Gryner, (s/d). “De acordo com a primeira perspectiva, a sequência argumentativa é dividida em quatro partes: o *exórdio* (introdução), a *narração* (argumentação propriamente dita), as *provas* (sustentação através de comprovação) e a *peroração* (conclusão). Ninguém terá dúvidas ao contactar com os discursos de GP e GS que cumprirão pelo menos com o princípio de Shifrin segundo o qual a argumentação é constituída essencialmente por dois componentes: a posição a ser defendida e a sua sustentação, esta última podendo corresponder a explanação, justificação, defesa e modo de apresentação (Gryner, s/d, p.99). Se estes pressupostos fazem a coerência discursiva, então o discurso das APM, especialmente GP e GS tanto serão coerentes no todo como em cada enunciado argumentativo

3.7.3 Para uma coerência Argumentativa

A coerência argumentativa é um pressuposto que não se alcança antes de percebidos alguns conceitos, ou melhor, competências que concorrem para a construção do discurso oral, embora Koch (2006:17) defenda que o ato linguístico fundamental é a argumentação: “isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na aceção mais ampla do termo”. Concordo plenamente que, para orientar o discurso para determinadas conclusões, é preciso construí-lo e, que a sua construção passa pelo desenvolvimento de algumas competências, nomeadamente as:

competências linguística e a comunicativa. Estas competências habilitam o indivíduo a apetrechar-se com instrumentos linguísticos necessários e a fazer uso seguro destes recursos nos contextos sociolinguísticos, ou seja, a fazer uso adequado da língua em diferentes contextos sociais.

Adam citado em Ribeiro (2009) afirma que a sequência argumentativa é como sendo o conjunto de proposições que constitui a macroproposição, sendo “uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo organizado da sequência” (Ribeiro 2012, p.33). Portanto, organizadas hierarquicamente, as macroproposições caracterizam uma sequência.

4. (a) Eu tomei aquela decisão porque tinha os olhos fitos num horizonte de paz e de estabilidade para que os angolanos tenham um futuro melhor.
- (b) Durante a vossa carreira militar, vocês têm-se queixado daquilo a que chamam de «treino de treta». Esse «treino de treta» como tudo o mais no exército, tem o seu propósito. Esse propósito é um estado de alerta.

Na frase 4 (a) GS apresenta o problema já tendendo a explicar a tomada da decisão (macroproposição explicativa1) «Eu tomei aquela posição»; na sequência explica porque tomou a decisão – «porque tinha os olhos num horizonte de paz e de estabilidade» (macroproposição explicativa2); e, finalmente, a conclusão e a avaliação do problema levantado «para que os angolanos tenham um futuro melhor» (macroproposição explicativa3).

Em 4 (b), na primeira macroproposição, GP apresenta um posicionamento, uma observação; já no argumento2, “no nível *dialógico* ou *contra-argumentativo*, a estratégia argumentativa visa uma transformação dos conhecimentos, a argumentação é negociada com um contra-argumentador real ou potencial, o que caracteriza o aspecto dialógico da sequência argumentativa” (Ribeiro, 2012, p.45); e no final, a conclusão: “o propósito do «treino de treta»”.

Analisados os discursos das APM, as suas sequências, têm em si os pressupostos fundamentados por Adam citado em Ribeiro (2012), ou seja, “a sequência argumentativa concretiza-se por meio de dois movimentos: a demonstração e/ou justificativa de uma tese e a refutação de outras teses ou argumentos; e, a partir de premissas estabelecidas, chega-se a uma conclusão ou afirmação”.

3.7.4 Competência e Estratégias Comunicativas Militares

Nas competências linguísticas, o instrumento que se espera dominar convenientemente é a língua. Mas dominar a língua implica ser capaz de dominar um léxico, implica saber jogar com os vocábulos necessários em cada situação, quando de nós se espera construção ou desconstrução dos enunciados proferidos pelos nossos interlocutores.

Assim, segundo Santasuzana (2005), *“se un chico o una chica no es capaz de comprender e interpretar las ideas de los demás, difícilmente será capaz de ordenar las propias ideas de integrar nuevos conocimientos progressivamente más complejos y abstractos e de comunicarlos con claridad y eficacia.* Justifica-se por isso o “treino de treta” que Patton refere, porquanto inúmeras vezes neste trabalho referiu-se a uma formação intensiva e continuada para que a comunicação militar seja efetiva e se consolide na equipa. Em conformidade com Maia (2002:62), a competência linguística do General fundamenta-se nos factos, nos resultados concretos, na sua eficácia e não apenas na posse de conhecimentos e virtudes necessários à realização de uma tarefa.

A linguagem militar é interativa, não obstante, na maioria dos casos, o discurso ativo pertença ao chefe, mas todos participam concordando ou realizando o que lhes é pedido fazer. Assim, sabe-se que os enunciados estão a ser interpretados e corretamente, passando a ser boa estratégia.

5. a) “Rapazes, essa história que algumas fontes andam para aí a espalhar [...] é uma treta do caraças”.
- b) “Olhem bem para mim!”

Para convidar todos a interagirem com o locutor, os Generais usam vocativos. O vocativo permite (r)estabelecer os laços sociais e afetivos que unem as personagens em presença. O GP parece mais animado e afável, [Rapazes, ...]. Já nesta aparentemente irritada chamada de atenção, o GS usa este marcador conversacional interativo, focaliza o estatuto do interlocutor e marca bem uma relação de proximidade entre os seus subordinados, quer para introduzir a situação desesperadora que se lhe impõe e, concomitantemente, à tropa, que enfrentaria o desarmamento que constitui para Ele o prenúncio de uma morte certa. Entre as formulações Savimbi faz equivaler a entrega das armas à morte no dia seguinte enfatizando este destino dentro de um conjunto de definições.

Os discursos adotaram também uma estratégia informativa/explicativa, isto é, *“no se limita a informar, en el sentido de mostrar el conocimiento sino que pretende hacer comprender por que tal cosa o tal fenómeno es o actúa de un modo determinado”* (apud. Santasuzana, 2005).

6. a) “Os americanos jogam para ganhar. É por isso que os americanos nunca perderam nem nunca perderão uma guerra.”
- b) “A maior dor que sinto neste momento, como dirigente da UNITA, é ter que desarmar a tropa. Não há na história exemplos de generais que desarmaram a sua tropa para depois prosseguirem a sua carreira.”

Os Generais assentam o seu discurso no princípio da cooperação, que acontece porque certificam-se de que “cada participante reconhece um propósito comum, ou conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita” (apud. Castilho, 2002:29). Os

Generais também não declinam o respeito pelas máximas linguísticas de Grice²⁵, também citado em Fowler (1986:181). No final, a mensagem foi cabalmente percebida e posta em prática. Mas, sobretudo, embora o seu discurso pretenda ser o mais objetivo e específico possível, «discurso de uma nota» [... a curva mais apertada da história da UNITA” (GS), “Os Americanos sempre adoraram combater.” (GP)], estes discursos comportam uma estrutura coesa, ou seja, as ordenadas são relacionadas umas às outras; fazem esforço de contextualizar o discurso, isto é, encaixam o discurso no contexto comunicativo e finalmente, o discurso tem uma densidade informativa, na medida em que o tema fica adequado a situação discursiva e a intenção do emissor.

3.7.5 Estrutura Comunicativa dos Discursos dos Generais Patton e Savimbi

Embora de “improviso”, ou como dito anteriormente, pronunciados sem quaisquer notas prévias, os discursos dos Gen. Patton e Savimbi enquadram-se nos pressupostos estruturais do discurso oral padronizados por Santasuzana (2005:42). Para esta autora, “*mostrar la estructura del discurso permite ofrecer una vision de conjunto de lo que se va á decir.*” Assim, ao estruturar os seus discursos, os Generais procedem a um exórdio, no qual expõem para o auditório a ideia geral do assunto a tratar.

7. a) Rapazes, essa história que algumas fontes andam para aí a espalhar, acerca da América querer ficar fora desta guerra, de não querer combater, é uma treta do caraças ... Os americanos desprezam os cobardes.
- b) (...) Aquartelar as tropas não é um problema. Porém desarmá-las, isto sim, é um problema.

A seguir desenvolvem o assunto proposto (desenvolvimento), apresentando uma estrutura de ideias que esclarece ou informa tal facto de forma bem sequenciada, objetiva e lógica. Nesta fase do discurso, os Generais procuram usar o conjunto de recurso da diversidade da linguagem, utilizando em conjunto o corpo (os gestos, a mímica etc.) e a palavra (voz, entoação, dicção etc.), usando pausas entre as construções com palavras técnicas (próprias do exército), pronunciado palavras de modo diferente da norma padrão ou ainda palavras que soam a insultos fora das paradas militares, tudo porque o contexto o aconselha, como no exemplo que segue:

8. (a) “Os sacanas dos choninhas que escrevem esse tipo de tretas para o Saturday Evening Post sabem tanto de combate como de foda!”

²⁵ Apud. Fowler (1986:181) [1] máxima de quantidade – contribua com toda a informação necessária aos fins normais do discurso; não contribua com mais informação do que a necessária [2] máxima de qualidade – tente falar verdade (não diga o que sabe ser falso; não faça afirmações que não consegue comprovar) [3] máxima de Relação – seja pertinente [4] máxima de Modo – seja perspicaz (evite exprimir-se de modo obscuro; evite a ambiguidade; seja breve; seja claro

(b) Não há, na História exemplos de generais que desarmaram a sua tropa para depois prosseguirem a sua carreira [...] Não tenho possibilidade nenhuma de sobreviver ao desarmamento da UNITA. É inútil [...]

GS em 8 (b) pronuncia o evento que faz do discurso mais desolador e dramático. Embora se trate de um discurso transcrito, estas (macro) proposições encerram um desespero enorme de um homem muito forte, acabado de destruir e deixado na mais baixa das humilhações, por se lhe obrigar a desarmar a sua tropa Em 8 (a) GP configura um estado alto de alma que pretende incutir na sua tropa, usando de expressões disparatadas que insuflam “ânimo”.

O uso e a combinação “correta” de atos comunicativos que enceram vocativos, marcadores discursivos, sequências discursivas, conectores discursivos, dêixis discursivas, interrogativas, preposições genéricas, enfim, a construção do texto por ativação ou desativação fazem um discurso agradável, passível de sobreposição de vozes/ ou, bater de palmas em momentos mais altos, por aprovação ou desaprovação do que se diz.

Finalmente, as APM procedem ao Epílogo, fecho do discurso, lembrando o que de mais forte foi abordado, com clarificações e implicaturas dos aspetos ambigualmente tratados. A conclusão é geralmente breve, autêntica, jovial e remete para o todo dos assuntos abordado.

9. (a) “Há uma coisa muito importante que vocês vão poder dizer, quanto a guerra tiver acabado e estiverem novamente em casa... «Filho, o avô esteve no Grande 3º Exército, com um raio de um filho de uma grande puta chamado Georgie Patton!»”

(b) “... É aquele que entrega o seu exército que paga o preço mais alto. Se isto for entendido haverá um amanhã melhor... Angolanos, podeis contar comigo. Savimbi está convosco.”

3.7.6 Turnos nos Discursos Militares

Pela sua característica, o discurso militar, quase não envolve a passagem de turno, exceto em ocasiões em que o locutor compartilha a palavra por meio de sequências que encerram interrogativas. No geral, estas são interrogativas globais e/ou interrogativas tags²⁶, sendo que os dois tipos de interrogativas são muito exigentes; por um lado, não dão mais margem para retorquir, a não ser com “sim” ou “não” e, por outro, levam a pessoa a confirmar uma alocação feita na primeira parte da frase.

10. (a) Podem sentar-se!

(b) Há camaradas que falam mal de mim aqui no Bailundo e se alguém achar que é mais capaz do que eu que o diga aqui.

²⁶ Fowler, 2005:194. Em Inglês existe três tipos principais de estruturas interrogativas: (1) interrogativas de instanciação, que são introduzidas pelas palavras como *why*, *when*, *where*, *how* ou *which* e que pedem nova informação. (2) Interrogativas globais (...) que pedem uma resposta de “sim” ou “não” e não dão mais margem para retorquir. (3) Interrogativas “tag” (...) a sua intenção é levar a pessoa a confirmar uma asserção feita na primeira parte da frase.

(c) Nem todos vocês vão morrer. Apenas dois por cento dos que estão aqui seriam mortos numa grande batalha.

Para além das previsíveis e habituais respostas, “Sim/ Não, Senhor”; “Sim/ Não, Comandante”; “Yes/ No, Sir”, que fazem os turnos do auditório e dos subordinados singulares, estes (auditório e subordinados) participam do discurso sobretudo com gestos visíveis que podem ser percebidos, ou interpretados pelo locutor como resposta favorável ou desfavorável. Os bons Generais, na qualidade de bons oradores, são sensíveis e interpretam fácil e integralmente os comportamentos corporais do seu auditório.

3.8 Movimentos de Castilho no Discurso das APM; Ativação, Reativação e Desativação

O uso eficaz da língua aconselha que haja uma articulação entre os módulos discursivos, semântico, gramatical e léxico, sendo que este último ocupa o papel principal, por ser dotado de propriedades semânticas e gramaticais (Cf. Castilho, 2002: 56).

Esta articulação, que Castilho denomina *Movimentos*, é configurada por três conjuntos simultâneos de instruções: a ativação, a reativação e a desativação. Esses três movimentos são tão representativos no discurso militar que faz lógica cuidarmos de percebê-los com maior acuidade na interpretação dos discursos acima.

A ativação é o processo essencial na construção da língua falada que envolvendo uma pluralidade de regras e fundamentos permite a construção de enunciados. O orador com responsabilidades estaduais como as APM deve desenvolver a capacidade de domínio, criatividade e fazer uso para construir, para benefício pessoal e do coletivo, seqüências discursivas com fundamentados tópicos conversacionais, unidades discursivas arrumadas, marcadores conversacionais e outros componentes da construção por ativação.

3.8.1 Tópico Conversacional ou Discursivo

De acordo com Brown e Yule (1983:73), citados por Fávero (2010:45), tópico “é aquilo acerca do que se está falando”, enquanto para Duarte (2000:149) é a “ «proposição» acerca da qual se faz uma predicação, ou seja, o assunto sobre o qual se afirma ou nega alguma coisa.”

Segundo Jubran (2002:344), o tópico decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, suportada num complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam, bem como suas pressuposições.

O tópico é o elemento relevante na construção do discurso oral, o assunto – funciona como fio condutor da conversação. O seu sentido é construído durante essa interação e depende de fatores

contextuais como o conhecimento do mundo, o conhecimento partilhado, as circunstâncias em que ocorre a conversação (Jubran, 2006, p.90). As propriedades do tópico conversacional decorrem da constatação da convergência das contribuições para um assunto dominante e da organização dos tópicos no texto: centração e organicidade. Vejamos como General Patton valoriza os americanos e Savimbi o “problema”.

11. (a) Os Americanos sempre adoram combater.
- (b) Todos os verdadeiros americanos adoram o fragor da batalha.
- (c) Os americanos adoram um vencedor (...).
- (d) Aquartelar as tropas não é um problema.
- (e) Porém, desarmá-las, isto sim, é um problema

Fica claro, a partir das sequências tópicas acima que os Generais, e os outros profissionais da “oratória”, prestam muita atenção à necessidade da manutenção do tópico ou mudança de tópico em situação de discurso para a manutenção do interesse do assunto em exposição. Em 11. (b) a repetição de “os americanos” reforçado com “todos os verdadeiros” pressupõe a sua ênfase e manutenção, já em (c), “os americanos” é utilizado para elevar a autoestima dos “vencedores/americanos”. Em d), “problema” é negado e retomado em e), valorizado. Para além de que “as tropas” da d) são retomadas em e “las”.

Nestas condições, em conformidade com o que acontece no diálogo, a mudança de tópico pode ocorrer sob três formas, de acordo com Jubran et al. (2002, p.250): 1. “introdução de um tópico após esgotamento natural do anterior [...] e.g. 12. (a); 2. passagem gradativa de um foco de relevância a outro [...] e.g. 11, (d), (e) e; 3. Introdução de um tópico, por abandono do anterior, antes que os interlocutores o dessem por encerrado, e.g. 12. (b)”.

12. a) Nem todos vocês vão morrer.
- b) É por isso que os americanos nunca perderam nem nunca perderão uma guerra.

Os Generais, para além de experientes em desvio do tópico, são-no também na digressão, que é a reintrodução do tópico original, ou seja, “uma porção de conversa que não se acha diretamente relacionada com o tópico em andamento” (Fávero, 2001:50). Alguns marcadores ou operadores de digressão permitem, “logo após o trecho digressivo, a volta ao tópico anterior bem como a continuidade de novas propostas” (Id. p. 51). Embora a digressão se caracterize como um processo de construção do texto por desativação, tema que será abordado mais adiante. Vide 13. (a):

13. a) (...) Um exército é uma equipa. Vive, dorme, come e luta em equipa.

Segundo Jubran et al (2002), as digressões são basicamente de dois tipos: 1. digressões baseadas no enunciado, “que ocorrem quando o segmento inserido constitui um tópico que se relaciona, de algum modo a outro (s) tópico(s) da conversação” e 2. digressões baseadas na interação, “que

não apresentam relações de conteúdo com outro(s) tópico(s), justificando-se por contingências interacionais”.

Ainda sobre tópicos, Castilho (2002:57), entende ser este o processo nuclear de constituição da língua falada ou escrita, por meio da qual ocorre a seleção lexical com que organizamos o texto e as proposições ou orações ao nível sintagmático, funcional, semântico e informacional, procedendo à sua representação fonológica. Neste processo intervêm o tópico conversacional, as unidades discursivas, a hierarquia tópica e os conectores textuais.

Para a melhor percepção do que o tópico é precisamos igualmente perceber que o português é uma língua de estrutura sintática SVO, isto é, composta convencionalmente pela seguinte ordem de constituintes da frase: sujeito, verbo e objecto, dos quais falaremos adiante em unidades discursivas. Quando, nessa construção, um constituinte nominal posposto ao sujeito é deslocado para uma posição anteposta ao sujeito, dizemos que ele foi topicalizado, o que acontece, em geral, quando o falante pretende dar ênfase a algum item e, por isso, o coloca no início da frase, lugar de destaque nos enunciados²⁷.

14. a) Olhem bem para mim, aqueles que só querem ser negativos
- b) Bom o avô acartava bosta à prazada, no Luisiana.
- c) Esse «treino de treta», como tudo o mais no exército, tem o seu propósito
- d) Lembrem-se, rapazes, vocês não sabem que eu estou aqui.

Com base no que ficou dito acima, os tópicos formam, segundo Jubran e al. (2002), uma hierarquia de relações. As relações de interdependência entre os níveis hierárquicos dão origem a quadros tópicos, com duas ou três condições prementes: a de Supertópicos (ST) e a de Subtópicos (SbT) e ainda uma possibilidade de serem ao mesmo tempo ST e SbT.

Por Supertópico (ST) entende-se o núcleo da conversação, uma vez que é constituído por um elemento que “(...) recobre e delimita a porção de discurso em que ele é focal.” (Jubran 2002:346). Os Subtópicos (SbT) são os satélites dos Supertópicos, particularizando o conteúdo dos mesmos, ou seja é a divisão interna em tópicos co-constituintes que se encontram “numa mesma camada de organização tópica, na medida em que apresentam o mesmo teor de concernência relativamente ao ST que lhes é comum.” (Id.)

Para determinar o ST ou o SbT existem os analistas que estabelecem os níveis hierárquicos construindo os quadros tópicos. Atentemos nos exemplos abaixo:

15. (a) ST: - O verdadeiro herói é o homem que combate, apesar de ter medo.
- (b) SbT 1: - alguns superam o medo passado um minuto debaixo de fogo;
- (c) SbT2: - outros levam uma hora (...)

²⁷ <http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/52/artigo343791-1.asp>, visitada 5-09-2015

(d) SbT3: - mas, um verdadeiro homem nunca deixará que o medo da morte se sobreponha à sua honra e ao seu sentido de dever para com o seu país e a sua masculinidade.

Outro elemento tópico que faz sentido referir porquanto presente no discurso das APM em análise é a Centração, propriedade do tópico conversacional. Esta caracteriza-se pela convergência da atenção dos interlocutores num determinado assunto (Galembeck, 2010). Os traços desta propriedade são assim definidos por Jubran (2006:92): (a) “concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual (...) pela qual se dá a sua integração no referido conjunto de referentes” (explícitos ou inferíveis); (b) “relevância: proeminência desse conjunto decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos; (c) pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto falado.” Observe-se a transcrição introduzida por “desarmar”:

16. (a) GS: Devo desarmar.

(b) GS: Estais hoje diante de mim, aos milhares e devo desarmar.

(c) GS: Olhem bem para mim, aqueles que não entender nada; aqueles que não fazem mais nada se não criticar; aqueles que só querem ser negativos (...).

17. (a) GS: ... “Entregai as vossas armas” [...]

(b) GS: Contudo, prefiro entregar as armas e morrer logo a seguir.

O segmento tópico transcrito é introduzido por uma questão – “*desarmar*” e organiza-se em torno deste assunto. Verifica-se, assim, o princípio da centração: a concernência regista-se pela existência nos enunciados de um conjunto referencial relativo à permanência do “das tropas armadas” no ambiente discursivo; a relevância decorre da posição focal dos elementos que constituem o tópico, saliente-se a repetição da expressão “entregar as armas” ao longo do texto anaforicamente referido ao termo “desarmar”, localizado na questão introdutora do tópico; a pontualização resulta de, no segmento anterior, os interlocutores estarem a referir-se a uma situação corrente, curso – desarmar que é um problema para o General e para os seus, num segmento tópico delimitado na conversação, não obstante, os turnos da população se confinarem implicitamente nas frases imperativas pronunciadas pelo locutor – que certamente ao dizer; olhem bem para mim (...) contava com um público que o correspondia.

Existe uma Transição de Tópico, a passagem de um tópico a outro; “promove uma passagem gradual de um tópico a outro”, assumindo, por conseguinte, a função de “mediação entre (dois) tópicos (...)”; “(...) é um recurso de manutenção da conversação, que evita a mudança brusca de tópico, permitindo todavia que ele se modifique, de modo que os interlocutores percebem o que é dito a seguir como pertinente em termos do que se vinha tratando.” (Jubran, 2006:106)

14. a) [...] Neste momento, estou a negociar uma das curvas mais apertadas da história da
UNTA. GS

3.8.2 Marcadores Conversacionais no Discurso das APM

Não há consenso na literatura acerca da designação e da definição da categoria que tem sido rotulada como marcadores discursivos, marcadores conversacionais, operadores argumentativos, articuladores textuais, entre outros, diz Ko Freitag (2009), talvez porque os marcadores discursivos, apesar de marcarem relações entre os participantes ou entre os participantes e seu discurso, não estabelecerem necessariamente relações entre elementos da gramática. Já antes os primeiros estudiosos desta matéria como Beinhauer (1964) citado por Castilho (2002) os batizara como “*muletillas conversacionales*”, o que Castilho considerou «injustamente». Mas foi o mesmo Castilho (2002:47) que considerou que os marcadores conversacionais (MC) não verbalizam a monitoração da fala, sendo frequentemente vazios de conteúdo semântico, portanto irrelevantes para o processamento do assunto, porém, altamente relevantes para manter a interação. Castilho diz ainda que na gramática tradicional estas palavras são tidas como “expletivas” ou “denotativas”, de “expressões de realce, são, por conseguinte, portanto palavras de difícil classificação apesar de organizadores globais. Castilho definiu-as como sequências sintaticamente independente do verbo, constantes de um ou de mais de um item lexical, ou mesmo de expressões não lexicais, funcionando na monitoração da conversação e na organização do texto distribuídos no início, no meio ou no final da unidade de análise. Urbano (1993:85) define-os como unidades típicas da fala, dotadas de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomaticidade e significação discursivo-interacional, mas que geralmente não integram o conteúdo cognitivo do texto.

Por tudo o que ficou dito, concluímos que não há regras gramaticais fixas para determinar MC, embora seja claro que são expressões introduzidas no discurso para criar a interação, o que importa, para serem também preferências no discurso das APM.

15. (a) Não, chixa, os americanos não pensam assim.
- (b) Pois, cumpriram-na, e como!
- (c) Nem pensar! Nem pensar, admitir isso! Os meus homens não escavam abrigos.
- (d) Nós não vamos aguentar porra nenhuma.
- (e) Não, senhor, vão olha-lo diretamente nos olhos e dizer
- (f) Porém desarma-las, isto sim, é um problema.
- (g) Contudo, prefiro entregar as armas e morrer logo a seguir.
- (h) A maior dor que sinto neste momento como dirigente da UNITA, é ter que desarmar a tropa.
- (i) Todos os homens das cozinhas têm uma tarefa a cumprir, até aquele que nos ferve a água para não apanharmos uma valente caganeira.

As APM são especialistas em aguçar o discurso com MC não discursivos, são mestres da “comunicação simbólica”, em comparações e no “contar histórias” e, é só por isso que o GS recorre ao “morrer logo a seguir” para dramatizar (g), enquanto GP recorre à cozinha para avarar a importância do “detalhe”. Estes MC são pragmáticos, já que orientados para a interação verbal (Marcuschi, 1989 citado em Castilho). Certamente, toda esta produção discursiva fez-se num clima de gestos, sorrisos, expressões corporais em torno de cada tópico discursivo, que são fáticos e interativos, no entanto são combinados com expressões verbais ou gestuais: “estão a compreender?”; “não é verdade?”, – denotando a vontade do General em pedir a colaboração do seu público. Já esta tipologia de MC compreende os que monitorizam a conversação manifestando a intenção de iniciar o papo (“e aí?”, “tudo bem?”), assinalar o assentimento em prosseguir (“bom”, “bem”), são também pré-lexicais como os que preenchem vazios entre falas (“ah”, “eh”, “uhn”, “ehn”) (Castilho, 49), que são no geral suprimidos nos textos escritos, raras exceções .

Por meio de marcadores textuais ou ideacionais (segundo Castilho) explorados em demasia no discurso das APM em análise podemos destacar:

– Em 15 (a) GP, com “não, chixa” inicia um tópico novo negando determinada realidade acometida à tropa. Esta tipologia de marcadores, segundo o mesmo autor, pode aceitar um tópico novo (“essa não”, “sem essa”, “tá bom”, “vamos lá”) como pode subdividir o tópico em subtópicos (“inicialmente”, “primeiramente”, “em segundo lugar”, “em seguida”). Expandimos o tópico (“além disso”, além do mais”, “outra coisa”). Mas GS em (h) faz uma sequência ou tópico com “então” que podia ser substituído por “e aí”, “agora”. Em (f) “isto sim”, é um subconjunto de marcadores que modalizam os tópicos asseverando-os (“é claro”, “exato”, “tá”), podia atenuar (“acho que”, “o que me parece”, “pode ser”).

Macedo Silva, citado em Castilho, aponta outros MC que podem ser muito bem explorados por APM dispostos a proferirem discursos muito interativos e convencedores: marcadores esclarecedores (“quer dizer” de apoio “né?”, “tá?”), argumentadores (“sim, mais”, “eu acho”) e outros tantos.

Para sintetizar, quanto à posição do turno, os marcadores podem ser: Marcadores Iniciais: exprimem o início ou a tomada de turno. Ex.: nem pensar, não, mas, etc.; Marcadores Mediais: com estes o locutor pretende atestar que tem mais que dizer, podem ser representados por conjunções, advérbios etc. face ao desenvolvimento do turno. Ex.: mas, acho que, digamos, além disso; e os Marcadores Finais: indicam o fechamento do turno. Podem ser perguntas diretas que passam o turno ao respondente ou pausas que abrem brechas para os outros interlocutores (mais frequente no discurso de APM); “estão a compreender”?, “não é verdade”?, “é mentira”?, “entendeu”?

Quanto à função, os MC podem ser: marcadores interacionais ou interpessoais e textuais, ideacionais ou coesivos.

Os marcadores, embora exprimindo diferentes intenções, como sejam, as de iniciar uma conversação, continuar ou terminar ou ainda desempenhar determinada função, podem estar posicionados em diferentes lugares da frase.

3.8.3 Uso de Vocativos; Uma Classe de Marcadores Discursivos

Há nos discursos destes dois militares, aliás nos discursos de APM, ocorrências de vocativos, enquanto marcadores discursivos, “com a função de chamar o interlocutor, isto é, invocá-lo, interpelá-lo (Penhável, 2012:51) ou solicitar a sua atenção.

16. a) Ai, meu Deus! Eu até tenho pena dos filhos-da-puta que vamos atacar.
- b) Lembrem-se, rapazes, vocês não sabem que eu estou aqui.
- c) Angolanos, podeis contar comigo.
- d) Rapazes, esta história que algumas fontes andam para ai espalhar...
- e) Olhem bem para mim, aqueles que não querem entender nada; aqueles que não querem mais nada se não criticar; aqueles que só querem ser negativos. (S)

Os vocativos são atos discursivos que “avivam” o discurso, aliás, “enquanto intenção comunicativa, os vocativos são entendidos como atos com a função de alcançar a atenção do ouvinte, sinalizando a contínua orientação do falante em direção a ele”, em conformidade com Hengeveld e Mackenzi citados por Penhável (p.54), o que os faz ser muito solicitados nos entusiasmados discursos militares. Os vocativos são também uma forma de justificar a interação discursiva implícita no “quase monólogo” do General para com os seus subordinados. Sendo atos discursivos, podem ser expressivos, interativos e atos de conteúdo (Id). Engana-se quem pensa que os Generais têm preferência para qualquer um dos tipos, pois, cada tópico exige deles certo tipo de vocativos, postura e mímica.

Em 16 (a), GP usa dos mais expressivos atos discursivos, “*ai, meu Deus!*” com uma ingente emoção; este sentimento pessoal de Patton desperta nos soldados uma grande disposição e motivação para enfrentar e aniquilar o inimigo. Afinal, Hengeveld e Mackenzi (2008), citados por Penhável, proferem que atos expressivos são aqueles que dão expressão direta aos sentimentos do falante, não envolvendo o ouvinte e não comunicando nenhum conteúdo.

No entanto, 16 (e), parece claramente interativo, visto que envolve o ouvinte. Aliás, o ato interativo “constitui-se por aqueles que envolvem o ouvinte, expressando algum significado de natureza interativa”. Já nas proposições, cf. 16- (c), apesar do peso interativo, o conteúdo parece ser mais substancial. Quando certos (atos) interativos podem ser expandidos com conteúdo informacional, chamam-se atos de conteúdo, que podem ser, segundo os autores acima;

declarativos, interrogativos e imperativos. “Penhável e Guerra (2008) argumentam que, no âmbito da classe dos interativos, paralelamente à subclasse dos vocativos, podem ser distinguidas outras três subclasses de atos interativos, os atos de verificação, de injunção e de iniciação que são tipos de atos compostos apenas por expressões interjetivas, tendo funcionamento próximo do dos vocativos, como “Hei...”, “Ô...” etc.”(apud. Penhável, 2012:55)

Para além de indubitavelmente serem formas de tratamento, os vocativos, tanto pela paralinguagem com que se correlacionam, como pelo movimento do olhar do orador, o tom de voz etc., assim como pela sua pretensão, de com este vocábulo, chamar a atenção do auditório, apesar de não serem os únicos elementos que fazem o discurso, são dos marcadores linguísticos mais importantes que os discursos dos Gerais em análise possuem.

3.8.4 Construção por Reativação e Desativação

A reativação consiste de acordo com Castilho (2002) em uma espécie de “processamento anafórico», por meio da qual voltamos atrás, retomando e repetindo formas, ou repetindo conteúdos. A repetição, ou recorrências de expressões, e a paráfrase, ou recorrência de conteúdos, são as duas manifestações da construção por reativação” (Castilho, 2002: 57).

Assim, a paráfrase e a repetição que são respetivamente a “recorrência do conteúdo com uma mudança de expressão, ou seja, a repetição do conteúdo com palavras diferentes” e a reformulação retórica realizando a repetição dos segmentos textuais palavra a palavra (apud. Baeugrande & Dressler, Castilho 2000:75). Afinal, a paráfrase é um recurso usado principalmente para clarificar o texto e para enfatizar a existência de relações internas entre os elementos ou conteúdos do mesmo. O autor percebe, de igual modo, que a repetição e a paráfrase são ambos processos que devem estar aliados ao funcionamento da memória.

17. a) Os Americanos sempre adoraram combater. Todos os verdadeiros americanos adoram o fragor da batalha. Os americanos adoram um vencedor. Os americanos não toleram um vencido.
- b) Nem todos vocês vão morrer. Apenas dois por cento dos que estão seriam mortos numa grande batalha.
- c) Todos os homens da cozinha têm tarefa a cumprir, até aquele que nos serve a água para não apanharmos uma valente caganeira.
- d) E depois é preciso ter a capacidade de miniaturizaréeee. A teoria grande, passa para um papel. Porque a teoria é maior na administração mas a aplicação tem de ser uma miniatura.

Em 17. b) e c) há um efeito produzido pela substituição das expressões, “*todos vocês*”, “*todos os homens*” pelas expressões, “*dois por cento*” e “aquele que ...”, (partiu-se de afirmações gerais “*todos vocês*”, “*todos os homens*” para expressões mais concretas “*dois por cento*”, “aquele que

nos serve água”). Note-se o efeito de concretização produzido: um enunciado que é apresentado de modo vago na matriz é explicitado quando retomado de forma consistente; utiliza-se este tipo de paráfrase para focalizar, especificar o tópico conversacional (cf. Castilho, 2002: 76), ao que chamamos de Paráfrase Concretizadora. O contrário porém, também se coloca, segundo o mesmo autor, quando a paráfrase desfocaliza o Tópico da matriz, mediante, por exemplo, o recurso a um quantificador universal, chamamo-la desconcretizadora.

18. a) Lembrem-se de que o inimigo está tão aterrorizado como vocês, ou talvez mais ainda.

Eles não são nenhuns super-homens.

b) Não quero receber mensagens do tipo «Estou a aguentar a minha posição». Nós não vamos aguentar porra nenhuma.

Note-se que houve o efeito de desfocalização, ao partir-se de expressões concretas -“o inimigo”, “estou a aguentar” - para outras mais abrangentes – “eles” e “nós não”.

Quando há uma especificação, uma explicação que define o motivo de determinado efeito, a informação contida no segmento matriz é ampliada por meio da paráfrase expansiva (cf. Castilho, 2002: 76).

19. a) Os meus homens não se rendem, e não quero ouvir dizer que um soldado sob meu comando foi capturado, a menos que tenha sido atingido. Mesmo que tenham sido atingidos, vocês podem ripostar (G.P)

b) Vou cumprir com o meu dever, mas sabeis que já não sirvo para nada depois do vosso desarmamento. A maior dor que sinto neste momento, como dirigente da UNITA, é ter que desarmar a tropa. Não há na história exemplos de generais que desarmaram a sua tropa para depois prosseguirem a sua carreira. [...] Não tenho possibilidade nenhuma de sobreviver ao desarmamento da UNITA. É inútil [...]

A paráfrase é Sintetizadora, quando sintetiza ou resume o enunciado. Segundo Castilho (2002: 76), a paráfrase força o encerramento de um tópico. Em “porém desarmá-las, isto sim, é um problema de GS. A expressão “isto sim” é usada exatamente para resumir o problema que é o aquartelamento das tropas.

20. a) Aquartelar as tropas não é um problema. Porém desarma-las, isto sim, é um problema.

Também está presente, nos discursos APM pronunciados por Generais, as chamadas Paráfrases atenuadoras aquelas em que o locutor usa recursos como por exemplo, os advérbios delimitadores (num certo sentido, quer dizer, se bem que...) para mitigar ou amenizar o enunciado matriz. No exemplo abaixo GS usa “mas é, também” “mas”.

21. (a) Não é apenas um dever patriótico mas é, também, um dever político

Mesmo nos discursos falados, tratando-se da construção por desativação, que é, segundo Castilho (2004) representada pelos truncamentos de palavras ou frases e pela rutura total ou

parcial do tópico em andamento, nota-se uma forte presença de construções parentéticas. Estas construções têm funções de esclarecimentos das sequências anteriores, ou seja, contextualizar os tópicos com pequenos comentários, esclarecimentos ou acréscimos no que vem sendo dito. A sua extensão textual é, por isso, geralmente menor. Jubran (1997, p. 412) percebeu os Parênteses como sendo “desvios momentâneos, sem estatuto tópico, do quadro de relevância temática do segmento contextualizador”.

22. (a) A guerra é sangrenta, mortífera. Vocês têm que derramar o sangue deles, senão derramam eles o vosso.

Ao contrário das digressões, as inserções parentéticas não possuem estatuto de tópico e não implicam uma nova focalização. Entretanto, segundo Andrade (2001), a digressão pode ser caracterizada como uma porção textual que não se acha diretamente relacionada com o segmento precedente, nem com o que lhe segue, porém, não é acidental nem cria uma ruptura da coerência, pelo facto de ser fruto de relações de relevância tópica.

23. (a) Quando um homem se esconde numa cratera e fica lá o dia todo, acaba por ser apanhado por um alemão. Nem pensar! Nem pensar, admitir isso! Os meus homens não escavam abrigos.

3.8.5 Coerência e Coesão Argumentativa dos Enunciados Discursivos

Mesmo que os Gerais em análise tenham sido considerados, alguns neste trabalho como “improvisadores”, na produção dos seus discursos, dado que os proferiram frequentemente sem quaisquer anotações prévias, é ponto assente que os planeavam e os delimitavam convenientemente, de modo a prevenir a inspiração anárquica, capaz de os orientar para a fuga do assunto focal e para a passagem uma mensagem bifocal passível de não ser interpretada linearmente. Manter a coesão e coerência no discurso parece muito mais difícil na manutenção do discurso oral já que fatores de vária ordem (circunstanciais, temporais e psicológicos) podem concorrer para o desvio da linha de orientação prevista.

A coerência pode ser entendida pelo que Beaugrande e Dressler citados pela Fávero (2010) disseram, como uma continuidade de sentidos entre os conhecimentos, ativados pelas expressões do texto, enquanto Halliday e Hassan (1976), igualmente citados pela mesma autora intendem que a coesão é como um conceito semântico referente às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto; assim, a interpretação de um elemento depende da interpretação de outro. Assim, conclui Fávero, os fatores de coesão são os que dão conta da estruturação da sequência superficial do texto e os de coerência, os que dão conta do processamento cognitivo do texto e permitem uma análise mais profunda do mesmo.

Desta forma é ‘incoerente, diz Beaugrande e Dressler, (1981:84) citados ainda pela mesma autora, aquele em que o leitor/alocutário não consegue descobrir nenhuma continuidade, comumente porque há uma séria discrepância entre a configuração de conceitos e relações expressas e o conhecimento anterior de mundo dos recetores”.

No entanto, coerência é mais clara no dizer de Bluhdorn (2008), citando Travaglia (1993:21), como aquilo “que faz com que o texto faça sentido para os usuários”.

Todo este conjunto de argumentos remete-nos a inferir que o discurso é coerente se os enunciados produzidos pelo locutor são interpretados à letra pelos alocutários, isto é se a configuração conceitual é compatível com o conhecimento de mundo do recetor. O discurso só tem significado enquanto o alocutário construa o seu entendimento rigorosamente baseado no que o locutor quer dizer (significado). O significado é construído não só pelo produtor como também pelo recetor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação. O produtor do discurso, o General, neste caso concreto, não ignora essa participação do interlocutor, o subordinado, e conta com ela. O êxito dos discursos das APM advem do facto de ser consciente de que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão dos textos não é explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do recetor.

Os Generais somam êxitos na coesão e coerência nos seus discursos porque dominam o código linguístico e têm consciência das insuficiências dominantes no grupo e fazem proveito delas tanto no nível linguístico, situacional ou psicológico. Exploram as insuficiências e fazem-nas presentes no conhecimento do mundo a seu favor, pois para produzir efeito o general deve fazer referência ao mesmo mundo em que vivem os seus subordinados, falar sobre aquilo que tem relação com a vida militar.

24. (a) Aquartelar as tropas não é um problema. Porém desarmá-las, isto sim, é um problema.
- (b) Contudo prefiro entregar as armas e morrer logo assegurar
- (c) Vou cumprir com o meu dever, mas sabeis que não sirvo para nada depois do vosso desarmamento
- (d) O desarmamento é o problema mais doloroso da minha consciência
- (e) Quando os projeteis choverem à vossa volta e vocês ao limparem o rosto de sujidade, descobrirem que em vez de sujidade é sangue e as tripas do vosso melhor amigo, nesse momento, vocês vão saber o que fazer.

Em 24 (a, b, c, d) GS constrói um texto conexo, onde desarmar, desarmamento é a tónica; em (b) e (c), refere-se à inutilidade do general sem o armamento. Enfim, o texto comporta orações que estão interdependentes; em (a) desarmá-las (verbo) completa-se com o sujeito (as tropas) da primeira oração... las, acrescido do verbo retoma o sujeito para evitar sua repetição (dissonância). Em (e) GP, sempre no seu jeito, ciente da situação do terreno fala das condições

dentro dele e faz questão de apelar à coragem de aniquilar o inimigo na primeira oportunidade, de modo que a iniciativa corajosa não seja inspirada numa baixa, pior ainda, morte do amigo amado.

3.9 Comparação dos Dois Discursos: Semelhanças e Dissimilaridades

O discurso das APM, no caso, os discursos do GP e GS têm algumas semelhanças procedentes do facto de ambos serem militares no mais alto escalão de comando, tanto porque ambos têm um carácter distinto, formações diferentes, viveram em tempos e espaços diferentes e responsabilidades a par do exercício de comando militar diferenciadas.

Enquanto GP foi, durante toda a vida por excelência, um comandante militar, *estratega*, isto é, um chefe ou líder que concebe, decide, age e faz agir no domínio da estratégia, sem se ocupar de qualquer outra atividade que lhe demandasse o discurso como forma de sobrevivência, GS era para além de Comandante do Exército, Presidente de Partido Político que agregava massas, o que bipolarizava o seu discurso quase descaracterizando-o. Assim, GP estava à vontade para aplicar lições provindas da arte ou ciência da guerra, a que todo o General do Exército está sujeito, bem evidenciadas por Sun Tzu e por Maquiavel.

As formas de tratamento no discurso de GP parecem intensivamente mais informais e familiares, com uma carga emotiva.

- 25. (a) Rapazes, essa história...
- (b) Angolanos, podeis contar comigo!
- (c) Vim para vos dizer isto...
- (d) (...) vocês podem ripostar

Em 25 (a) e (d), GP, certo de que está a falar num espaço em que o uso de “*tú*” é mais adequado, dirige-se à sua plateia com a expressão que o sugere. Já em (b) e (c) Savimbi, apesar da autoridade e clara tonalidade de superioridade, busca um tratamento mais formal: “*vós*” «podeis».

O discurso do GS dirige-se a um público muito difuso e heterogéneo, enquanto o público do GP é coeso e homogéneo sumamente militar, conforme avançado acima. Por isso, apesar da qualidade e relação no que os princípios de cooperação²⁸ diz respeito, afasta-se um pouco da quantidade e de modo.

²⁸ O princípio de Cooperação diz respeito à boa-formação conversacional, ou seja, à contribuição cooperativa dos falantes a fim de que a interação discursiva em que participam se desenvolva de modo requerido, de acordo com o objetivo específico como o princípio que “leva os falantes a exprimirem-se de modo a não impedirem a interpretação (Fowler, 1994; Costa, Coord. 2012)

26. (a) É preciso ter em conta aquele que paga o preço maior para a paz. É aquele que entrega o seu exército que paga o preço mais alto. Se isto for entendido haverá um amanhã melhor.

(b) Nem todos vocês vão morrer. Apenas dois por cento dos que aqui estão seriam mortos numa grande batalha. A morte não deve ser temida. A seu tempo, a morte vem tero com todos nós.

A interpretação da 26 (a), para além de complexa, não permite execução ou pelo menos execução imediata, enquanto 26 (b) é passível de uma interpretação imediata.

O “princípio de cortesia” que se inscreve no quadro das interações verbais, como um fenómeno linguisticamente pertinente que toma para objeto de estudo (...) fórmulas ritualizadas, expressões convencionalmente tidas por cortesias e jogos de estratégias conversacionais (Costa, Coord. (2012, p.292). O objetivo princípio de cortesia, segundo o autor, é evitar que a troca verbal seja ofensiva ou ameaçadora para qualquer um dos interlocutores. Mas a familiaridade e talvez a excentricidade do discurso de GP leva-o a optar por insultos, injúrias, censura, desaprovação e outras, enquanto GS usa da autocrítica, confissão e justificação, pelo menos nos discursos em análise. GS recorre também a eufemismos para levar à prática o princípio de cortesia.

27. (a) Os sacanas dos choninhas que escrevem esse tipo de tretas para o Saturday Evening Post sabem tanto de combate como de foda

(b) Quem disser o contrário, é um raio de um aldrabão

(c) Alguns são cobardes, mas combatem do mesmo modo que os corajosos ou então levam um enxerto de homens que estão com tanto medo como eles.

(d) O estupor do cobardola iria certamente pensar «porra, ninguém vai dar pela minha falta, sou apenas um no meio de milhares».

(e) Quando os projeteis choverem à vossa volta e vocês ao limparem o rosto de sujidade, descobrirem que em vez de sujidade é o sangue e as tripas do vosso melhor amigo, vocês vão saber o que fazer!

(f) O maior dos nossos erros foi ter aceitado assinar o acordo de 1991. É um erro que assumo.

(g) Em 1992, também houve erros, mas fui eu quem, em Outubro de 1993, convenceu a direção da UNITA a aceitar os resultados eleitorais [...]

(h) Não é apenas um dever patriótico, mas é, também, um dever político. Devo desarmar. Devo desarmar.

(i) Devemos ir tão longe quanto possível mas tao devagar quanto aconselha a prudência.

Os marcadores e conectores discursivos são usados quase na mesma proporção pelos dois Gerais, especialmente os conversacionais ou fáticos (ouve, repara, presta atenção, etc.) (Fowler, 1984)

28. (a) *Lembrem-se*, rapazes, que vocês não sabem que eu estou aqui
(b) *Neste momento*, estou a negociar uma das curvas mais apertadas da história da UNITA
(c) *Olhem* bem para mim, aqueles que não querem entender nada
(d) *Contudo*, prefiro entregar as armas e morrer logo a seguir.
(e) Cada homem tem que pensar não só em si próprio, *mas também*, no camarada que combate ao seu lado.

CONCLUSÕES

O discurso militar é fascinante mas sobretudo é comovente, porque cumpre com todos os requisitos linguísticos especialmente, como constatado no texto, os respeitantes à argumentação, entre as quais se encontram a argumentação retórica e a argumentação linguística, cuja antiguidade remonta aos primórdios da idade clássica, que combinava a retórica com sofisma.

A linguagem informal pela qual o discurso das APM opta, ao contrário de ser um instrumento depreciativo, questionável e nocivo à adequabilidade linguística, é uma estratégia apelativa que os faz não tomar notas do que vão pronunciar, deixando-os soltos para discursarem improvisadamente, mas não erradamente, pois, ação que é, o discurso militar precisa de ser desburocratizado e objetivo.

Embora o discurso militar das APM tenha sido tratado como sendo discurso autoritário, dada a sua forma persuasiva por excelência, esta conceção é aliviada pelo facto de que, as APM, especialmente nos discursos analisados, falam para um auditório que, segundo Abreu (2008), não tem a possibilidade de interromper ou refutar o emissor no momento de sua enunciação. Pois, nestas condições, as APM não têm interlocutores, mas auditório. Abreu considera ainda que o auditório universal é constituído por um conjunto indeterminado de pessoas sobre o qual não há controlo de variáveis, enquanto o auditório particular corresponde a um conjunto de pessoas cujas variáveis são controladas, o público é específico, a diversidade de pessoas e delimitável. Aquele que vai argumentar precisa de se adaptar ao seu auditório.

Na idade contemporânea, a retórica e a argumentação não são disciplinas em si, independentes de outras, como a linguística nas instituições de ensino, mesmo naquelas que têm como objetivo preparar futuros oradores, fazedores de opinião, políticos, juristas ou APM, que têm o discurso e a palavra como forma de contribuir para a sociedade.

Desta forma, dos discursos dos Generais Patton e Savimbi, estudados, tiramos as seguintes conclusões:

- A argumentação no discurso oral militar pronunciado pelas APM (GP e GS) foi de suma importância no desempenho das suas funções enquanto líderes e comandantes de exércitos;
- O discurso oral militar pronunciado pelos Generais acima, por ser bem elaborado, baseado no contexto real, persuasivo e convincente, foi crucial na elevação do moral da tropa, no combate e nas vitórias;
- O discurso das APM cumpre escrupulosamente com pressupostos linguísticos, especialmente, os argumentativos para poderem convencer e persuadir; baseada em “*conocer y utilizar estrategias explicativas (reformular, definir, poner ejemplos ... practicar la interacción comunicativa, hacer referencia a los conocimientos del outro, anticipar a lo se va decir...*”(Santasuzana, 2005). Enfim, fazem um trabalho sistemático das estratégias explicativas necessárias para conseguir que as intervenções sejam as mais organizadas e compreensivas e cativem a atenção dos destinatários.
- Apesar de terem sido pronunciados em épocas e circunstâncias diferentes os discursos dos GP e GS registaram mais semelhanças do que diferenças, pois, dados os objetivos da guerra, o discurso militar terá alcançado características comuns que levam às vitórias independentemente do tempo, do espaço e outras circunstâncias que importam estudar e perceber.

BIBLIOGRAFIA

1. AAVV, 1998, **The Handbook of Sociolinguistics**, Edit by Florian Coulmas.
2. AAVV, 2005, **Use of Speech and Language Technology in Military Environments**, RTO, Technical Report, NATO
3. ALVES, Anibal, 1995, **Argumentação e Análise do Discurso na Perspetiva de O. Ducrot**, CECS, Universidade do Minho
4. AMARAL, Diogo Freitas do, 2009, **Histórias das Ideias Políticas**, Edições Almedina, Coimbra
5. AMOSSY, R.; KOREN, R., 2009, **Argumentation et Analyse du Discours – Rhetorique et Argumentation: Approches Croisées**, Universitat de Tel-Aviv, Tel-Aviv
6. AMOSSY, Ruth, (s/d), **O Lugar da Argumentação na Análise do Discurso: Abordagens e Desafios Contemporâneos**, Universidade de Telaviv-Israel
7. ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. O, 2001, **Relevância e Contexto: O Uso de Digressões na Língua Falada**. São Paulo: Humanitas.

8. AZEVEDO, Tania M; MILESKI, Ivanete, 2011, **Argumentação, Teoria da Argumentação na Língua e Descrição Semântica-Argumentativa do Discurso**, Universidade de Caxias do Sul, Brasil
9. BARBISAN, Leci B. e TEIXEIRA Marlene, 2002, **Polifonia: Origem e Evolução do Conceito em Oswald Ducrot**, PUCRS, UNISINOS
10. CAMPOS, Claudi M., 2007, **O Percurso da Argumentação na Língua**, Revista ABRALIN, N,V.6, UFPR,
11. CASTILHO, Ataliba Teixeira. **Para ao estudo das unidades discursivas no português falado**. In: _____. (Org.). *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 249-279.
12. CASTILHO, Ataliba; 2002, **A Língua Falada no Ensino do Português**. São Paulo: Editora Contexto. Pp. 27-51
13. COSTA, João (Coord.), 2012, **Arte da Guerra; Sun Tzu**, Clássica Editora, Lisboa
14. COSTA, João; 2010, **Gramática Moderna da Língua Portuguesa**, Escolar Editora, Lisboa
15. CROS, Anna; in SANTASUZANA, Montserrat Vilà et alii, 2005, **El discurso oral formal: Contenidos de Aprendizaje y Secuencias Didácticas**. Ed. Graó. Barcelona.
16. CUNHA, Cleide L., 2006, **Sequencia Descritiva e Argumentação**, Revista Virtual de Linguagem, ISSN, Setubal.
17. DUARTE, Inês (2000), **Língua Portuguesa; Instrumentos de Análise**, Universidade Aberta, Lisboa
18. DUARTE, Isabel; RODRIGUES, Isabel Galhano; 2003, **Da Importância de Analisar o Discurso Oral: Um escritor em cena**.
19. ESSENFELDER, Renato; RODRIGUES, Valter Pinheiro. **Seqüências inseridas: fluência e disfluência em uma conversação espontânea**. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 3, n. 4, março de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
20. FÁVERO, Leonor L. (2010) “**O Tópico Discursivo**”. In PRETI, D.C. (2010). **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: Humanitas (Projeto Pantelo V1), pp.39-63. Disponível em http://www.4shared.com/office/N8cuZsc8/FVERO_Leonor_-_O_tpico_discurs.htm (acesso em 16/05/13)
21. FÁVERO, Lopes L. (S/D), **Coesão e Coerência Textuais**, http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/123829/mod_resource/content/1/LIVRO%20OK%20Coes%C3%A3o%20e%20coer%C3%Aancia%20textuais%20Leonor%20F%C3%A1vero.pdf Consult. 13-09-15
22. GALEMBECK, Paulo de Tarso (2010) “**Processos de Construção de Textos Falados e Escritos**”, *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 2, t. 2, pp.1565-1577. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1565-1577.pdf (acesso em 15/05/13)
23. GOUVEIA, C.A.M. (1996) “**Pragmática**”. In: Faria, I. H; Pedro, E.R; Duarte, I.; Gouveia, C.A.M (Orgs.): **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 383-419.
24. GRYNER, Helen, (s/d), **A Sequencia Argumentativa: Estrutura e Funções, Veredas**, Revista de Estudos Linguísticos Juiz de Fora, V.4 nº2

25. LAUSBERG, Henrich, 2011, **Elementos de Retórica Literária**, 6ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
26. JUBRAN, Clélia et al., (2006). “**Tópico Discursivo**”. In JUBRAN, C. & I. KOCH (org.) (2006) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Construção do texto falado. Vol. I. Campinas: Editora Unicamp. pp.89-132.
27. KAILER, Dircel Aparecida (2003). “**Atividade Reformulativa: um Mecanismo de Interação no Discurso Oral**”. Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba-PR, pp. 426-432.
28. KO FREITAG, Raquel Meister, 2009, **Estratégias Gramaticalizadas de Interação de Interação na Fala e na Escrita: Marcadores Discursivos Revisitados**. Re.Vel, Vol.7 nº13
29. KOCH, Ingedore V.; Elias, Vanda Maria (2006). **Ler e Compreender: Os Sentidos do Texto**. São Paulo: Contexto, Brasil.
30. LEANNE, Shelly, 2009, **Falar como Obama**, 2ª edição, Lua de Papel, Córdova
31. MAIA, Leonardo Rui (Coord.) 2002, **Dicionário de Sociologia**, Porto Editora, Portugal
32. MALUMBU, Moisés, 2005, **Os Ovimbundu de Angola: Tradição – Economia e Cultura Organizativa**, Edizioni Vivere In, Roma
33. MAQUIÁVEL, Nicolau, 2006, **A Arte da Guerra**, Edições Sílabo Lda. Lisboa
34. MARCONI, A. & LAKATOS M. (2003), **Fundamentação de Metodologia Científica**, 5ª Edição, S. Paulo
35. MARCSCHI, Luiz. A. (2003) **Análise da Conversação**. São Paulo: Editora Ática. Morais, A. (2001) *A Simulação do oral na Oralidade*, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Textos selecionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 2011, pp. 433-45. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/docs/26-textos-selecionados/Morais.pdf> (consultado em 23/04/2013).
36. MARCUSCHI, Luiz A. (1986) **Análise da Conversação**. São Paulo: Editora Ática. Pp. 5-74.
37. MARQUES, C.M.G.H.C. 2010, **Argumentação Oral Formal em Contexto Escolar**, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento
38. MARTINS, Carlos Luiz, **A Arte de Conversar: Técnicas para Argumentar e Convencer** (virtual) Luiz_Carlos_Martins-A_Arte_de_Conversar.pdf Consult. 18-01-2013
39. MENDES, Monica; ROCHA, Silva, 2010, **Contribuição da Teoria da Argumentação da Língua para os Estudos da Retórica**, Universidade do Cruzeiro do Sul, SP.
40. MORAIS, A. J. Baptista, 2010, **Narrativas Conversacionais; A Introdução de Enunciados Narrativos em Situação de Interação Oral**

41. MUEKALIA, Jardo, 2010, **Angola: A Segunda Revolução; Memórias da Luta Pela Democracia**, Porto Editora, Lisboa
42. N'GANGA, João P., 2008, **O Pai do Nacionalismo Angolano: As Memórias de Holden Roberto, I Vol. 1923-1974**, Editora Parma, SP
43. OLIMPIO, Hilda O., (s/d), **O Percurso Teórico de Oswald Ducrot na Defesa de Uma Argumentação Linguística**, UFES, Vitória-ES, Brasil
44. PAULINELLI, Maysa de P.T, 1982, **Retórica, Argumentação e Discurso em Retrospectiva**, PUC-Minas Gerais
45. PENHAVEL, Eduardo, 2010, **Vocativos e Marcadores Discursivos na Gramática Textual-Interactiva**, UFV-Rio Paranaíba, Brasil
46. RIBEIRO, José, 2012, **Sequência Argumentativa e as Categorias de Argumentação no Texto Escolar nos Níveis de Ensino Fundamental**, UFPR, Curitiba
47. ROBALO, Manuel; MOTA, Miguel; 2010. **50 Grandes Discursos da História**, Edições Sílabo, Lda. Lisboa
48. RODRIGUES, I. M. Galhano, 2003, **Fala e Movimento do Corpo na Interação Face-a-face**, FLUP – Porto
49. ROJO, Roxane; SCHNEUWLY, Bernard, 2006, **As Relações Oral/Escrita nos Géneros Oraís Formais e Públicos: Caso da Conferencia Académica**, in Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v.6, n.3, p. 463-493.
50. SANTASUNA, M. (2005) "**La Secuencia Didáctica como Metodología para la Enseñanza y el Aprendizaje del Discurso Oral Formal**". In Santasuna, M. (2005) El discurso oral formal: contenidos de aprendizaje y secuencias didácticas, Editora Graó, pp. 117-129.
51. SEBASTIÃO, Teixeira. 2005, **Gestão das Organizações**, Editora McGraw, Espanha
52. SENA, Geane. C. A; FIGUEIREDO, Maria F., 2013, Um Estudo da Teoria da Argumentação da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 02, n. 01
53. SERRA, Paulo, 1995, **Retórica e Argumentação**, Universidade da Beira Interior, SP
54. SHARP, Gene, 2010, **Da Ditadura a Democracia; Uma Estrutura Conceitual Para a Libertação**, 4ª Edição, Albert Eistein
55. SOUZA, Elaine Brito, 2009, **Implícitos e Pressupostos** <http://educacao.globo.com/portugues/assunto/estudo-do-texto/implicitos-e-pressupostos.html> Consult. 17-09-2015
56. TZU, Sun, 500, **Arte da Guerra**, tradução e Interpretação de Luíz Figueiredo, 2002 http://www.jfjb.jus.br/arquivos/biblioteca/e-books/A_arte_da_guerra.pdf visitada 11-07-2011, visitada 15-07-2014

57. ZAU, Maria Ermelinda, (Coord.), **Uma Revolução Silenciosa em Angola: O Ensino técnico- Profissional Antes e Depois da Independencia – Uma Contribuição para a História da Educação**, Lima, Raimundo, Luanda
58. _____, 2009, **Jonas Savimbi; Discursos e Entrevistas (1976-1991)**, vol I, Offset Lda Rua ngola Kiluanje – Luanda
59. _____, 1999, **Certificado de Português: Objectivos de Aprendizagem e Teste Modelo**, (1999) Frankfurt am Main: WBT.
[Http://clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5r%20armindo%20morais.pdf](http://clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5r%20armindo%20morais.pdf)
consult.2013
60. _____, 1998, **Manual do Operador: A Comunicação Rádio por Voz**. GRJ: Gabinete Militar; Departamento Estadual de Telecomunicações, C:\DETEL\OPERADOR2.doc.